



Plano de Gestão Territorial e Ambiental das Terras Indígenas Timbira



Organizações Parceiras:

Centro de Trabalho Indigenista - CTI

O CTI é uma organização não-governamental, constituída juridicamente como associação civil sem fins lucrativos, fundada em março de 1979. Desenvolve um conjunto de programas para implementar alternativas de futuro sustentável de acordo com os projetos políticos e as particularidades culturais das comunidades indígenas, visando a autonomia e o diálogo com o Estado.

Associação Wyty Catë

A Associação Wyty Catë dos Povos Timbira do Maranhão e Tocantins foi fundada em 1994 por diversas aldeias que se associaram com o objetivo de articular suas demandas internas e de representar os povos Timbira na relação com as instituições da sociedade nacional, visando influenciar política públicas em saúde, educação, conservação ambiental e outras áreas, de modo a garantir as práticas sócio-culturais diferenciadas e a integridade de seus territórios.

Associações Locais

Na articulação das demandas e representação comunitária estão: Associação Comunitária Apanjekrá, Associação Comunitária Canela, Associação Indígena Krinhduré Apinayé, Associação União das Aldeias Apinayé-Pempxà, Associação Indígena Awkêré Krahô, Associação Mãkraré Krahô, Associação Wohkrã Krahô, Associação das Comunidades Indígenas Gavião do Maranhão, Conselho Indígena Pep'cahyç Krikati.



Plano de Gestão Territorial e Ambiental das
Terras Indígenas Timbira
Hëmpejxà ampô pjë inpej



Sumário

Apresentação	5
Os Povos Timbira e o Cerrado	7
A Gestão Integrada do País Timbira	14
Metodologia do Plano de Gestão Territorial e Ambiental	17
Mapas Temáticos Timbira.....	22
Plano de Gestão Territorial e Ambiental das Terras Indígenas Timbira.....	29
Controle do Território	32
Manejo dos Recursos Naturais	40
Atividades Produtivas e Econômicas	46
Educação para a Gestão Socioambiental.....	50
Lista de Siglas	54
Glossário	55
Glossário de Termos Timbira.....	56
Posfácio: A PNGATI e o PGTA Timbira: 10 anos de caminhada e o olhar para o futuro	62
Ficha técnica	66

Apresentação

Desde os tempos antigos os Timbira se reúnem duas vezes por dia, de manhã cedo e no fim de tarde, no pátio de suas aldeias, para planejar suas atividades e conversar sobre os encaminhamentos necessários para o bom funcionamento do *krin*. Nessas reuniões diárias no *kà*, os *mehin* decidem quais as coisas importantes que devem ser feitas para manter o movimento da aldeia. Para eles o *krin* deve estar alegre, com todos desenvolvendo suas atividades no rumo do *mehin*. Alguns homens vão caçar, outros vão para cidade cuidar das coisas do *cupen*, conversar com prefeito, levar os aposentados para receber salários, fazer compras, algumas mulheres vão pra roça ou vão pro mato ‘catar’ fruta. Todos na comunidade, após a reunião do pátio, sabem o que vai acontecer naquele dia. Esse é o movimento, o plano do *mehin*.

Há alguns anos, os *mehin* começaram a perceber que, com as mudanças que estavam acontecendo nas Terras Indígenas demarcadas pelo Governo, era necessário realizar grandes reuniões de *kà*, com os outros *krin*, para planejar o futuro do povo como um todo. Essas grandes reuniões, juntando todos os *pahi*, sempre tinham uma pergunta central: como vamos continuar vivendo bem, em um *pjë* que agora tem limites, com o surgimento de novas aldeias, o nascimento de crianças e o *cupen* chegando mais perto e de um jeito diferente, com máquinas e grandes projetos que o governo acha bom construir perto de nossas terras? Como vamos continuar fazendo festas, se alimentando, falando a nossa língua e protegendo os limites de nossas terras das invasões dos *cupen*?

Como vamos segurar o jeito de ser *mehin*? Pra segurar o jeito de ser *mehin*, temos que segurar o Cerrado. Ele é a nossa casa. Nossas histórias, mitos, cantorias, o conhecimento das plantas, raízes, frutos e bichos, todo o nosso jeito de viver e ver o mundo faz parte do Cerrado.

O que vamos ler agora agora é o resultado dessas grandes reuniões entre os *krin* e os *pa’hi* sobre o futuro, o rumo do *mehin*. Foi por meio dessas reuniões que os *mehin* de 06 Terras Indígenas Timbira, das 08 demarcadas pelo Estado Brasileiro, se organizaram em torno da Associação *Wyty-Catë* para planejarem suas vidas e de seus filhos e netos, e colocar no papel um plano para um *pjë inpej*. Apresentamos, por meio desse documento, o Plano de Gestão Territorial e Ambiental das Terras Indígenas Timbira, que conta todas as ações discutidas por um grupo grande de *pa’hi* e de *mentwajê*.

Esse documento não substitui o jeito do *mehin* planejar as coisas, ele ajuda a organizar o trabalho, o *ampó*. É mais um instrumento dos *cupen* que os *mehin* podem utilizar para ganhar força nas conversas e articulações com as instituições da sociedade nacional, para mantermos as terras indígenas Timbira saudáveis e produtivas.

Jonas Pyn Heh Gavião

Professor e Coordenador da Associação Wyty Catë



Os Povos Timbira e o Cerrado

Os Timbira – pertencentes à família lingüística Jê - são formados pelos povos Apinayé , Krahô, Krikati, Gavião Pykobjê, Gavião Parkatejê, Apanjekrá-Canela, Ramkokamekrá-Canela, Krepynkatejê e Krênjê; que englobam, nestas denominações construídas na relação de contato com a sociedade nacional, um conjunto de subgrupos, antes autônomos politicamente, como os Põncatejê, Pihàcamekra, Mãkraré, Pãrecamekra, Kênkatejê, Xàcamekra, Crôrekamekra, Carencatejê, CyKoiõre, entre outros. Estas classificações continuam atuais e se manifestam ritualmente e em cisões de aldeias.

Algumas diferenças sociais e lingüísticas se apresentam entre os diferentes grupos, porém, de modo geral, possuem similaridades culturais para serem considerados conjuntamente. Atualmente somam uma população de 9.000 indígenas distribuídos em mais de 50 aldeias, em 08 Terras Indígenas localizadas no norte do estado do Tocantins, sul do estado do Maranhão e leste do estado do Pará. Juntas, as Terras Indígenas Kraholândia e Apinajé (TO), Krikati, Governador, Kanela, Porquinhos, Geralda do Toco Preto (MA) e Mãe Maria (PA), somam mais de um milhão de hectares, constituindo importantes reservas da biodiversidade existente no Cerrado.

São povos tradicionalmente caçadores e coletores, cujo histórico de contato se iniciou no século XIX com as frentes de expansão agropastoris vindas dos estados da Bahia e Piauí, momento em que se registram os primeiros conflitos fundiários e, conseqüentemente,





as rotas de dispersão ou migração. Desde então, a gradativa colonização da região se configura enquanto fator determinante para o atual confinamento territorial dos povos Timbira.

Mesmo com mais de 200 anos de contato com a sociedade envolvente, continuam mantendo a língua, a organização social e política, a circularidade de suas aldeias e a profusão de seus rituais. Seus territórios demarcados em ilhas descontínuas, fragmentando o chamado “País Timbira” (Nimuendaju, 1936), não impedem a intensa troca cultural, as relações de parentesco e as visitas para assuntos afins, conforme representado no “Mapa Político do País Timbira”.

Essas inter-relações culturais e de parentesco, bem como a partilha de um contexto socioambiental específico, espelham a Unidade Timbira. É por meio do fortalecimento dessa unidade que os Timbira vêm estabelecendo uma estratégia política de relacionamento com a sociedade nacional e planejando a gestão de seus territórios; entendendo por isso: continuar sendo povos que cantam, correm com toras, pescam, caçam e coletam frutos, e mantendo a cultura viva por meio do cumprimento de seus calendários rituais.

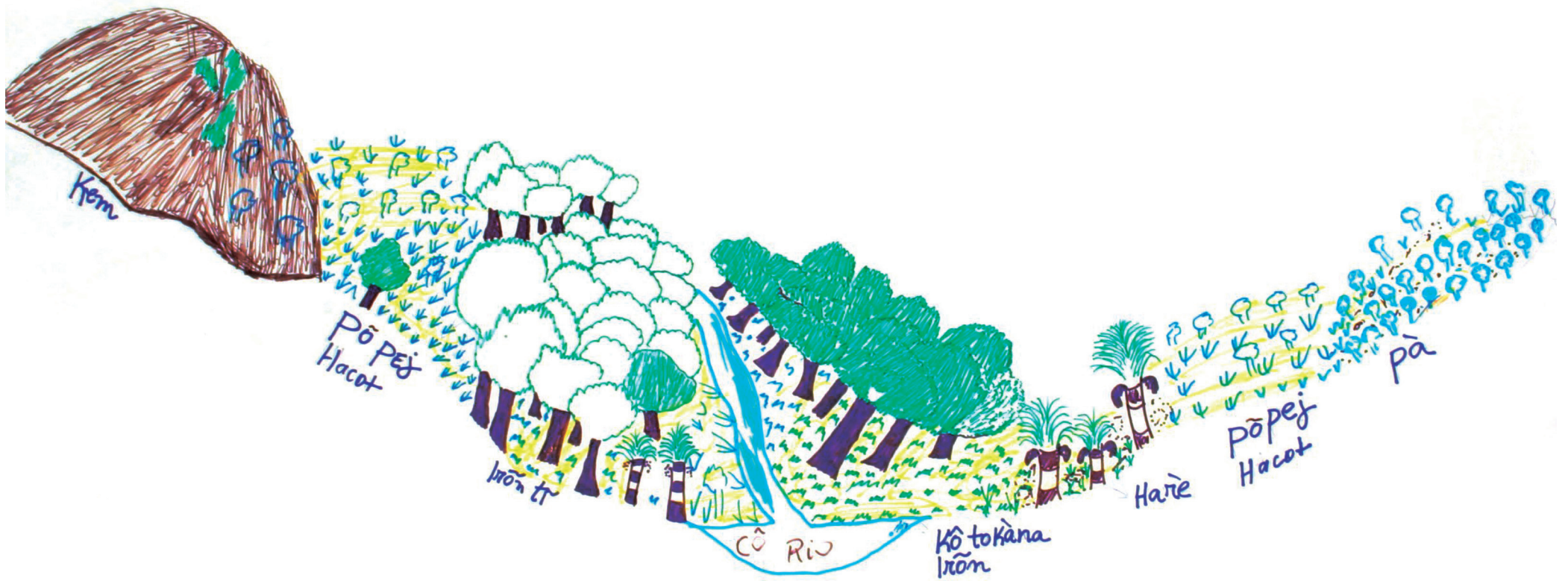
Os povos Timbira manejam tradicionalmente os Cerrados há séculos a partir do amplo conhecimento que detêm sobre os animais, plantas, raízes, frutos, solos e a relação destes com seus mitos e ritos. Possuem uma classificação própria dos ambientes de Cerrado: *iomré* (mata pequena), *iomcatê* (mata grande), *hawën* (vegetação nos topos das serras), *harë* (vereda), *ken* (serras), *põr rôm* (capoeiras)

põ (chapada) e sub classificações de chapada como *hakot*, *põcate*, *hicaa*, e daí por diante.

Fazem usos distintos desses ambientes, no *irrom* (mata) é onde abrem as roças e garantem parte dos alimentos de subsistência, pois o solo é úmido e rico, chamado de *pjë tÿc* (terra preta). É onde também se encontram espécies importantes para a construção das casas e fabricação de artesanatos, como o jatobá, inajá, guarumã e demais; e onde se encontram as caças maiores: anta, campeiro, caititu e outros. As capoeiras são consideradas fontes de alimentos para a caça. A chapada é o ambiente de construção das aldeias, também muito rico em flores e frutas, cuja coleta obedece a técnicas desenvolvidas de extrativismos que respeitam o tempo das flores, frutas e alimentação das caças.

As histórias, mitos e cantorias contam e cantam o Cerrado. Os Timbira, como outros povos Jê, entre eles os Bororo, Karajá e os Akwen (Xerente e Xavante), possuem um sistema de conhecimento relacionado aos ambientes de Cerrado e, por isso, se preocupam com a crescente devastação do bioma. Reflexo disso é a Mobilização dos Povos Indígenas do Cerrado – MOPIC, um movimento político que se originou a partir da relação das organizações Warã e Mãkraré, respectivamente, de um subgrupo Xavante e Krahô, e hoje se estende a outros 17 povos indígenas do Cerrado com a finalidade de promover uma articulação política entre estes grupos frente ao modelo de desenvolvimento imposto pelas iniciativas públicas e privadas para o bioma.

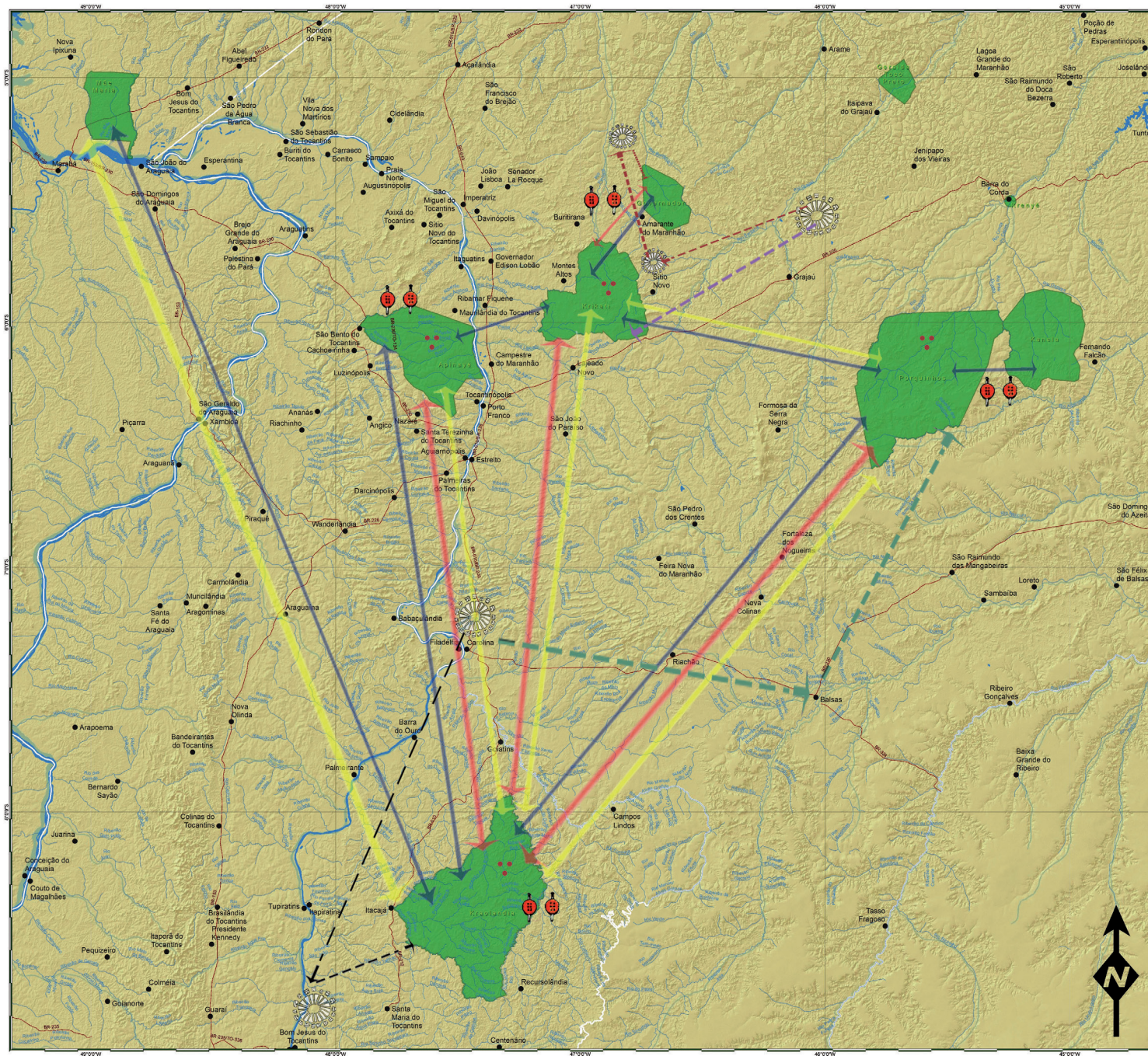




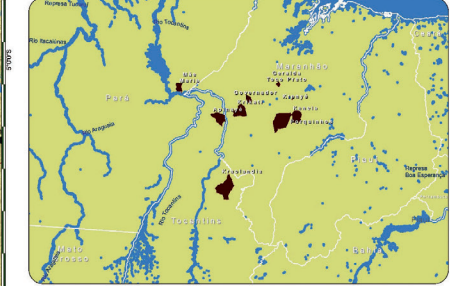
O Cerrado é o segundo maior bioma do Brasil, compreendendo cerca de 25% do território nacional em uma área de aproximadamente 2,0 milhões de Km²; abrangendo de forma contínua os estados de Goiás, Tocantins e Distrito Federal; parte dos estados da Bahia, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Piauí, Rondônia e São Paulo, além de áreas disjuntas em outros estados como Roraima, Pará, Amazonas e pequenas ilhas no estado do Paraná. É conhecido como o “berço das águas” por abrigar nascentes das três maiores bacias hidrográficas da América do Sul: Amazônica, São Francisco e Prata. É também a savana mais rica em biodiversidade, representando cerca de 33% da diversidade biológica do país, com mais de 10.000 espécies de flora, das quais 4.000 são endêmicas.

Apesar da relevante biodiversidade dos ambientes de Cerrado, o bioma não foi reconhecido pela Constituição Federal de 1988 como Patrimônio Nacional e é o menos protegido pelas leis brasileiras, juntamente com a Caatinga. As formas de uso e ocupação reservadas ao bioma, caracterizadas principalmente pelas monoculturas de soja, milho, arroz e eucalipto, pela abertura de pastagens para a pecuária de baixa tecnologia e projetos de desenvolvimento e infraestrutura, resulta na supressão e fragmentação da vegetação, alteração das paisagens e ameaças à fauna e flora. Diante deste cenário, as Terras Indígenas situadas no Cerrado são importantes áreas de preservação e conservação da biodiversidade, representando cerca de 10% do bioma; juntamente com as Unidades de Conservação Federais e Estaduais que representam, respectivamente, 2,8% e 4,0% do bioma.





Localização da Terra Indígena no País Timbira



Mapa Político do País Timbira

- Legenda**
- Cidades
 - Hidrografia
 - Rodovias
 - Limite das Terras Indígenas
 - Massa D'Água
 - Estados
 - Relações de casamentos
 - Relações de medicina tradicional
 - Relações de festas tradicionais
 - Migração dos Gavião Pyokjê
 - Migração dos Apanjekrá
 - Migração dos Mâkraré e Kenpokrá
 - Troca de sementes
 - Conhecimentos tradicionais

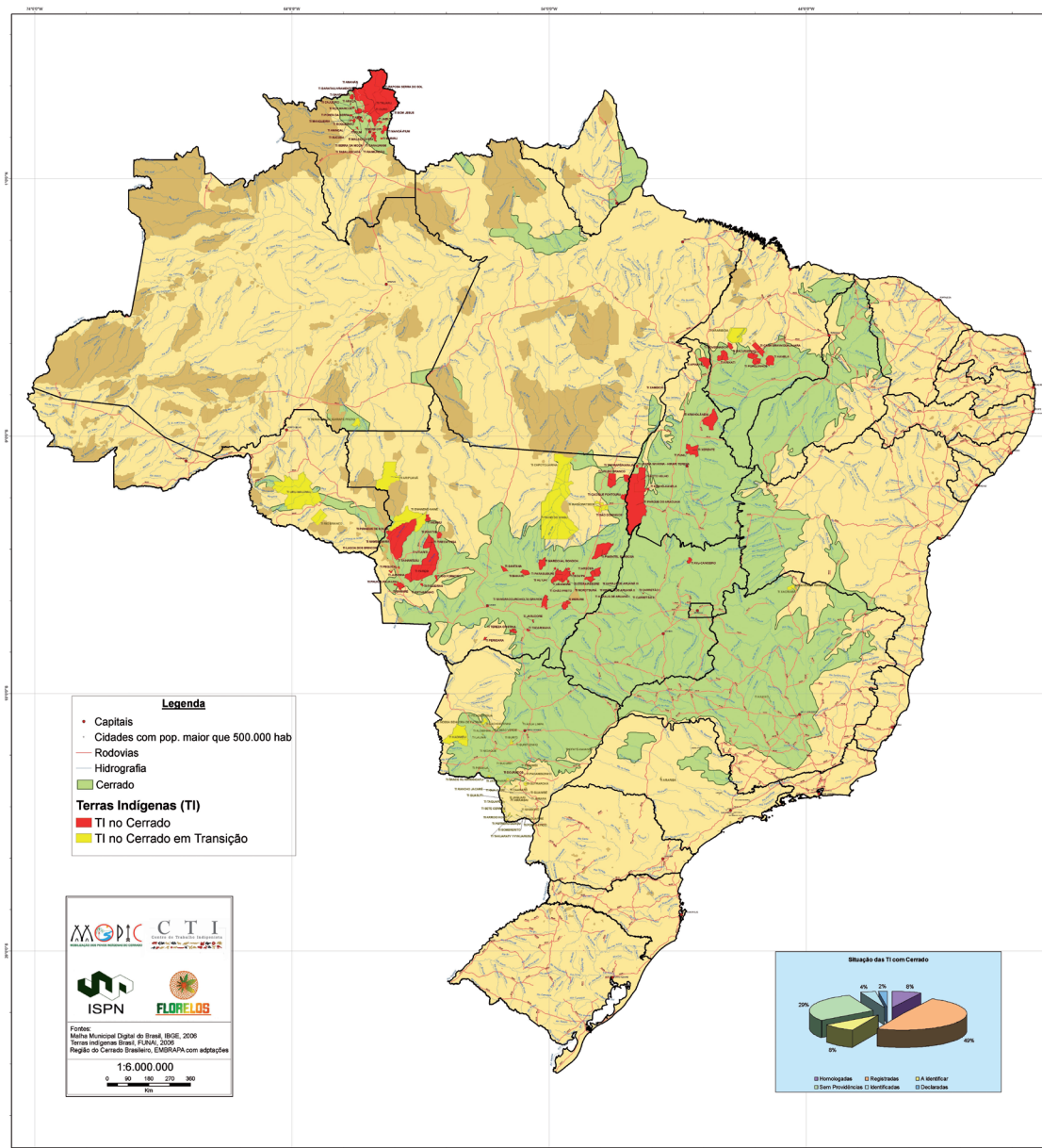
Sistema de Coordenadas Geográficas
 Datum: SAD 69
 Fontes das bases secundárias:
 - FUNAI
 - IBGE
 - ANA

30 0 30 60 90
 Km

Realização:

Apoio:

Mapa da Vegetação de Cerrado nas Terras Indígenas do Brasil.



O Mapa da Vegetação de Cerrado nas Terras Indígenas do Brasil foi elaborado a partir de uma demanda da Mobilização dos Povos Indígenas do Cerrado – MOPIC, com o objetivo de subsidiar suas discussões e articulações políticas. Trata-se um mapa com a base de vegetação e não do bioma Cerrado, no sentido de identificar as Terras Indígenas que possuem vegetação de Cerrado em sua constituição e quem seriam os povos indígenas do Cerrado.



A Gestão Integrada do Território Timbira

O calendário ritual, os *amjekin*, faz a vida cultural e social Timbira acontecer. As atividades que movimentam esse calendário, a roça, as caçadas e pescarias coletivas, os resguardos, a coleta de matéria prima para as corridas de toras e produção de artefatos, são algumas das estratégias tradicionais de gestão territorial. Mas a nova realidade socioambiental enfrentada faz com que novas práticas sejam incorporadas às estratégias tradicionais de gestão territorial.

“Antigamente a terra dos nossos bisavôs não tinha fronteiras. Os mais antigos não viviam em um território fixo, eles mudavam de lugares à procura de caças, peixes, frutas e material para fazer artesanato. Mehin cuidava bem do território, viajavam e faziam a fiscalização assim, cada povo protegendo o seu território. Antigamente tinham muitas caças, fartura para comer. Com a chegada dos cupen foi mudando o modo de viver, junto com isso a perda de locais, terra e mata onde eles costumavam buscar sua alimentação. Hoje, para fazer amjekin é preciso pedir permissão para caçar, pescar ou mesmo tirar algumas matérias primas, e até mesmo pedir ajuda aos órgãos governamentais e não governamentais.”

Wesley Guará Gavião

Desde o início da década de 90 os *mehin* vêm discutindo estratégias para o enfrentamento dos desafios impostos pelo contato com a sociedade nacional e o confinamento territorial: o crescimento populacional dentro e no entorno de suas terras, os impactos socioambientais decorrentes da implantação de projetos de infraestrutura, o avanço da fronteira agrícola na região que habitam e o surgimento de novas necessidades de bens e serviços. Essa nova realidade dentro e no entorno das Terras Indígenas Timbira resultam, por um lado, na demanda de fortalecimento de suas atividades produtivas de subsistência e na criação de alternativas econômicas de geração de renda. E, por outro, em ações que façam frente aos impactos gerados pelo atual modelo de desenvolvimento e uso do solo da região – caracterizado principalmente pela construção de usinas hidrelétricas nos principais cursos d’água, abertura de estradas e ferrovias, e o aproveitamento intensivo para a produção de grãos.

A expansão do cultivo da soja, o principal carro-chefe do agronegócio e, mais recentemente, o plantio de eucalipto para produção de carvão mineral, provoca a crescente remoção da cobertura vegetal e assoreamento dos rios, contaminação por meio da utilização de agrotóxicos e fertilizantes químicos. Dentre os principais impactos, destacam-se a diminuição da oferta de caça e frutas, a poluição dos corpos d’água e lençóis freáticos, deposição de lixo em rios e córregos, perda da agrobiodiversidade, alterações no regime de chuvas, intensificação das queimadas e fragmentação de ecossistemas. Além disso, a reconfiguração territorial, causada



pelo avanço da fronteira agrícola, gera impactos irreversíveis sobre a agricultura familiar praticada pelos pequenos produtores do entorno das Terras Indígenas, afetando-as diretamente.

Um cenário regional que, para povos que têm na caça, pesca e coleta as suas principais fontes de alimentação, prejudica fortemente sua qualidade e modos de vida. A principal estratégia encontrada pelos Timbira para resolução desses desafios foi a articulação política dos povos Krahô, Apinajé, Krikati, Gavião Pykbojê, Canela Apanjekrá e Canela Ramkokamekrá na construção de uma unidade pan-Timbira para a gestão integrada dos seus territórios.

O desafio de assegurar a integridade territorial, o desenvolvimento sustentável e a manutenção dos usos e costumes dos povos Timbira, desencadeou discussões sobre os problemas socioambientais e as potencialidades das Terras Indígenas Timbira e necessidade de estabelecer novas estratégias para tanto. O presente **Plano de Gestão Territorial e Ambiental** é, portanto, mais uma ferramenta para enfrentar estes desafios. É o resultado de um trabalho realizado pelos povos Timbira do Maranhão e Tocantins em parceria com a Associação Wyty Catë e o Centro de Trabalho Indigenista, por meio de um longo e contínuo processo de formação de pesquisadores indígenas (os *mentwajê*), diagnósticos socioambientais, construção e uso de ferramentas de gestão territorial, assembléias e reuniões comunitárias.

“Gestão Ambiental e Territorial é pensar na geração de hoje e do futuro. Nós indígenas precisamos lutar para que se cumpram os direitos garantidos pela Constituição de 1988, tanto no meio ambiente, saúde e educação. São os pontos que nós, povos Timbira, devemos pensar e amadurecer essa idéia para termos um futuro melhor para os nossos filhos e netos que vêm depois de nós. Gestão territorial e ambiental é uma coisa que nossos bisavós já faziam, nós que devemos dar continuidade e melhorar, porque atualmente a pressão é muito grande por parte dos cupen. Sem o meio ambiente não vivemos. Sem água, frutas, animais que servem como nosso alimento e peixe, também. Devemos procurar um jeito de melhorar essa gestão, protegendo melhor, fiscalizando e preservando para a geração futura”.

Oscar Apinayé

O Plano de Gestão Territorial e Ambiental não é um documento que encerra em si esse processo. Os projetos de futuro serão reelaborados de acordo com as mudanças das dinâmicas territoriais. É uma ferramenta viva a ser atualizada constantemente.

Metodologia do Plano de Gestão Territorial e Ambiental

A partir de 2004, o Projeto *Mentwajê* Ambiental adotou a metodologia dos mapeamentos participativos como ferramenta pedagógica durante o processo de formação de agentes ambientais indígenas. O objetivo do programa de formação continuada é formar jovens críticos da situação socioambiental de suas terras indígenas e detentores de conhecimentos, tanto da ciência ocidental como da ciência indígena, para contribuírem na tomada de decisões relativas ao futuro e a sustentabilidade de seus territórios. Para tanto, foram realizados cursos de formação, intercâmbios entre Terras Indígenas, oficinas itinerantes nas aldeias, diagnósticos participativos e etnomapeamentos nas 06 Terras Indígenas Timbira. Esse processo de levantamento de informações ambientais, potencialidades e fragilidades dos territórios, coletados nos últimos seis anos, resultou na elaboração participativa do Plano de Gestão Territorial e Ambiental das Terras Indígenas Timbira.

Os mapeamentos participativos das 06 Terras Indígenas Timbira, contemplados nesse plano, foi a principal metodologia utilizada para o levantamento dos principais problemas enfrentados por esses povos na atualidade e para discussão de caminhos e soluções na resolução dos mesmos. A temática mais levantada pelos *mentwajê* durante a experiência dos mapeamentos diz respeito à delimitação do território tradicional

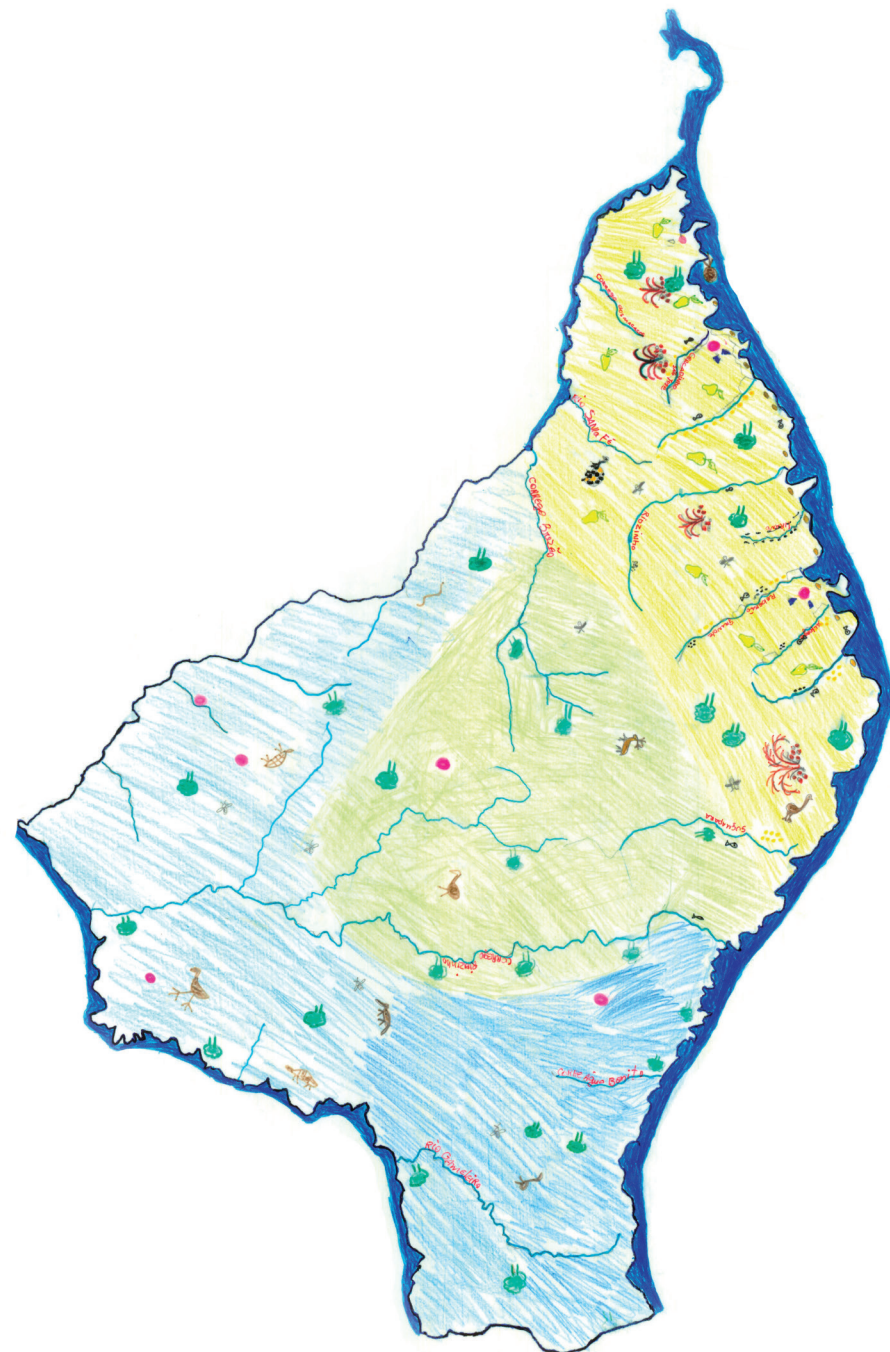
Timbira, que engloba todo o perímetro dessas 06 áreas extrapolando os limites atuais das terras demarcadas. As Terras indígenas Timbira estão distribuídas entre dois estados e cercadas por muitas cidades e municípios, com grande ocupação e uso do solo. Não é viável refletir sobre a gestão desses territórios sem levar em consideração a forte ocupação do entorno a que estão submetidas. O próprio conceito de território é fundamental em todo esse plano, uma vez que também não é possível pensar num plano de gestão territorial e ambiental para qualquer Terra Indígena, sem pensar no processo de regularização fundiária e garantia de proteção dessas terras.



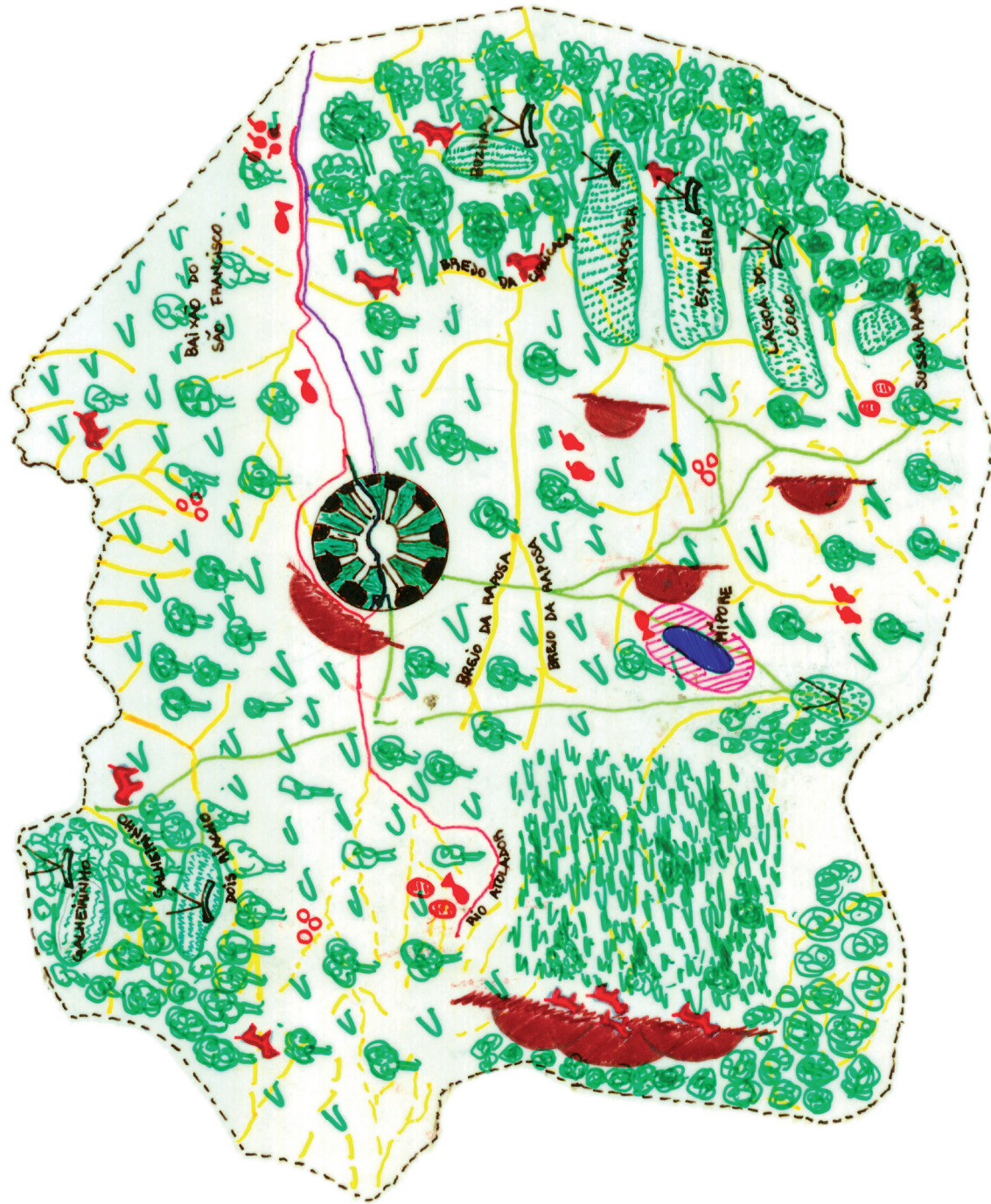
As atividades de mapeamentos participativos e elaboração dos planos de gestão foram realizados - com assessoria da equipe técnica da Wyty Catê e CTI – por um grupo de 30 jovens Timbira (mentwajê), com a ajuda de um grupo de 10 conselheiros Timbira (mekârê) e participação comunitária nas oficinas de Gestão Territorial e Ambiental realizadas nas 06 TIs Timbira. As discussões foram concluídas e validadas no Seminário de Gestão Territorial e Ambiental Timbira, realizado em novembro de 2010, no Centro de Ensino e Pesquisa Pënxyj Hemyjxà, momento que reuniu caciques, lideranças e mentwajê das aldeias Timbira.

A continuidade da experiência dos mapeamentos participativos depende da apropriação dos mesmos por parte das comunidades. Isto possibilita a sistematização de conhecimentos específicos de sua cultura, em uma linguagem de diálogo com nossa sociedade, como, por exemplo, os sistemas de classificação tradicional. O aprimoramento os transformará em uma ferramenta útil de planejamento, assim como um recurso pedagógico pautado por um diálogo entre saberes.

O princípio de todo o trabalho, tanto dos mapeamentos quanto do plano de gestão, é fortalecer a unidade política e territorial Timbira e suscitar reflexões acerca das possibilidades de manejo e uso dos recursos naturais, pautadas por um diálogo entre saberes. Acreditamos que esses instrumentos correspondem nesse sentido, podendo gerar frutos tanto para a gestão dos territórios Timbira como aportes para a Ciência da Conservação. Os Timbira manejam tradicionalmente os Cerrados e certamente têm contribuições importantes para a sustentabilidade do bioma.









Mapas Temáticos Timbira

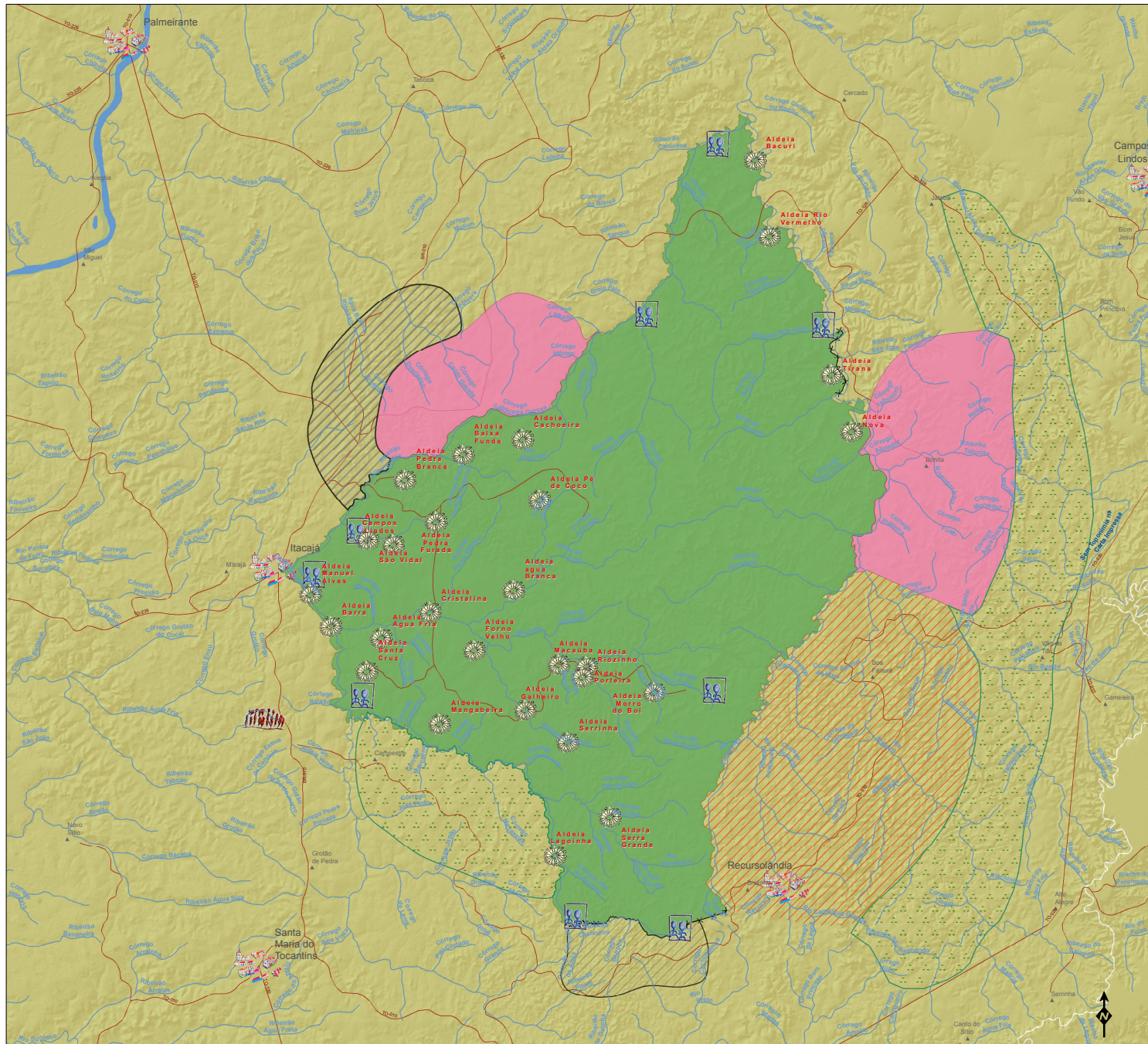
A conquista de povos e territórios contou com um importante instrumento de dominação: a produção e utilização de mapas. Os mapas foram produzidos, ao longo da história, por antigos historiadores, filósofos e matemáticos, mercadores, navegantes, membros da igreja católica, militares dos antigos Impérios e atuais Estados nacionais. Por meio dos mapas, informações ambientais e territoriais foram descritas, fronteiras foram delimitadas e o tipo de uso e ocupação dos espaços foram planejados.

A história da cartografia, a ciência dos mapas, foi contada no início do trabalho de construção de mapas temáticos Timbira, nos cursos de formação de pesquisadores indígenas do Projeto *Mentwajê* Ambiental, como uma forma de situar o recente uso dos mapeamentos participativos por populações tradicionais e povos indígenas. A produção de mapas, neste contexto, busca aliar ao conhecimento desses povos sobre sua história, território e uso dos recursos naturais, uma ferramenta de planejamento para a gestão territorial há muito utilizada por grupos dominantes.

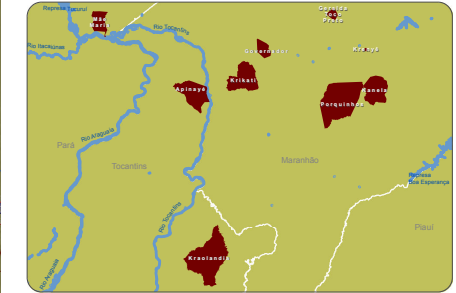
Os mapeamentos participativos tomaram parte dos cursos de formação como uma prática pedagógica para tratar a etnohistória e a situação socioambiental das Terras Indígenas Timbira. Foi produzido um conjunto de mapas mentais, agregado de um processo inicial de georreferenciamento,

contendo informações sobre o uso do território e dos recursos naturais, os impactos socioambientais do entorno, as rotas de migração e relações sociais e culturais entre as Terras Timbira. As informações foram levantadas pelos *mentwajê*, reunidos por povo, e colocadas na linguagem dos mapas a partir de categorias e símbolos próprios, com a ajuda direta de um grupo de velhos conselheiros, *mekãré*, também representativo de cada povo, que relatavam seus conhecimentos sobre a história, território e uso dos ambientes de Cerrado. Assim foram construídos os mapas de caça, pesca, coleta, político e de impactos do entorno – estes últimos aqui expostos e os demais reservados para uso restrito dos Timbira - fundados mais em informações mentais e formas de categorização próprias aos grupos, do que em dados estritamente geográficos do espaço.

Fica a ressalva que representar todo o conhecimento associado dos povos Timbira sobre cada assunto tratado, quando estão entremeados uns aos outros e com referências cosmológicas, é o desafio, em geral, da produção de mapeamentos participativos. Ainda que os mapas temáticos Timbira, por hora, não dêem conta de transmitir todas essas percepções sobre seus territórios e as formas de uso, possuem um caráter político, podendo ajudá-los nas reivindicações e no diálogo para a formulação de políticas em defesa da integridade territorial.



Localização da Terra Indígena no País Timbira (Me'hê j'ô'pji)



Mapa de Impacto do Entorno da Terra Indígena Kraholândia



Sistema de Coordenadas Geográficas
 Datum: SAD 89
 Fontes das bases cartográficas:
 - FUNAI
 - IBGE
 - ANA

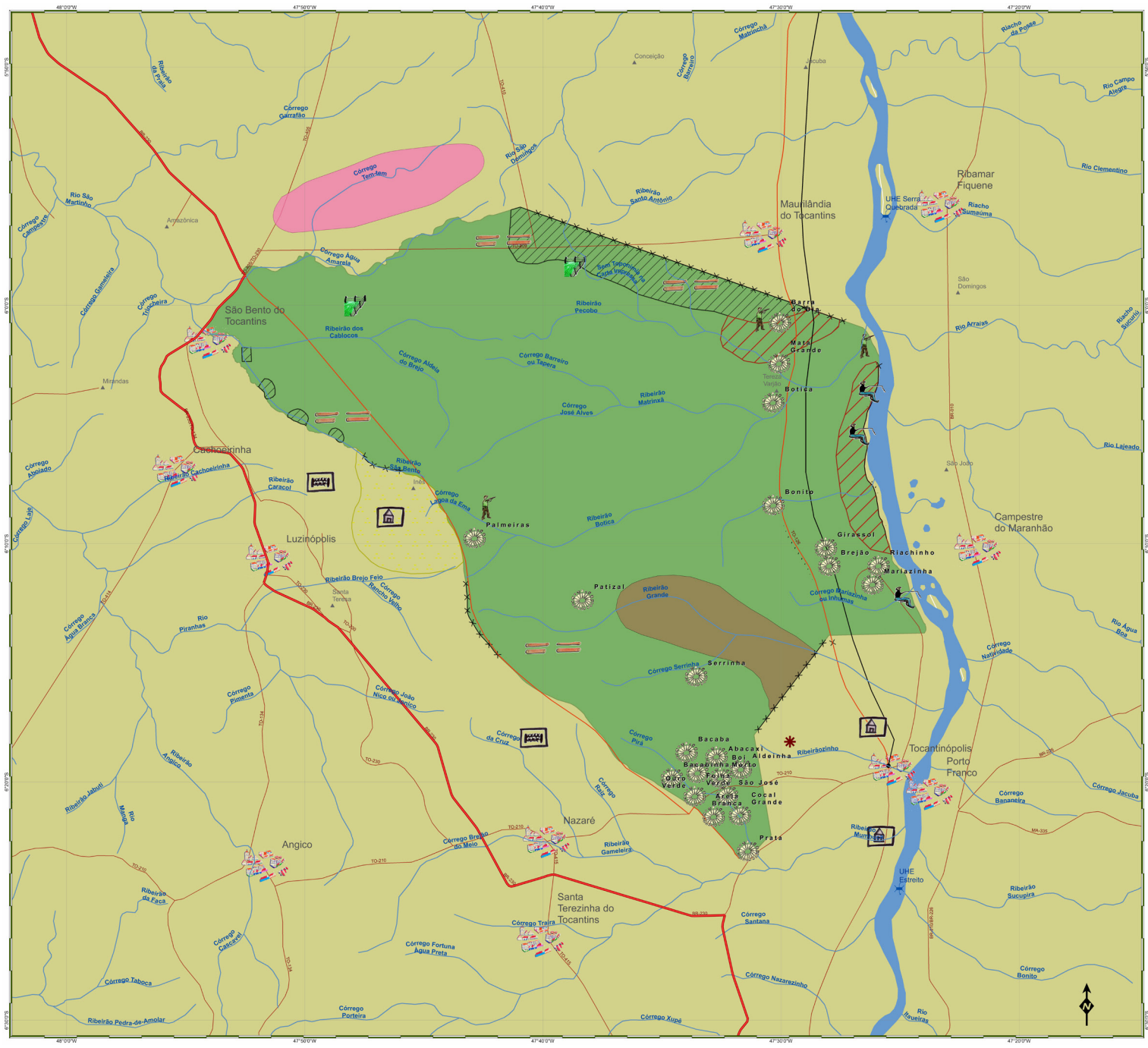
9 0 9 18 27
 Km

Realização:



Apoio:





Localização da Terra Indígena no País Timbira (Me hêh j'õ'pji)

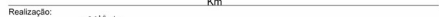


Mapa de Impactos do Entorno da Terra Indígena Apinayé

Legenda

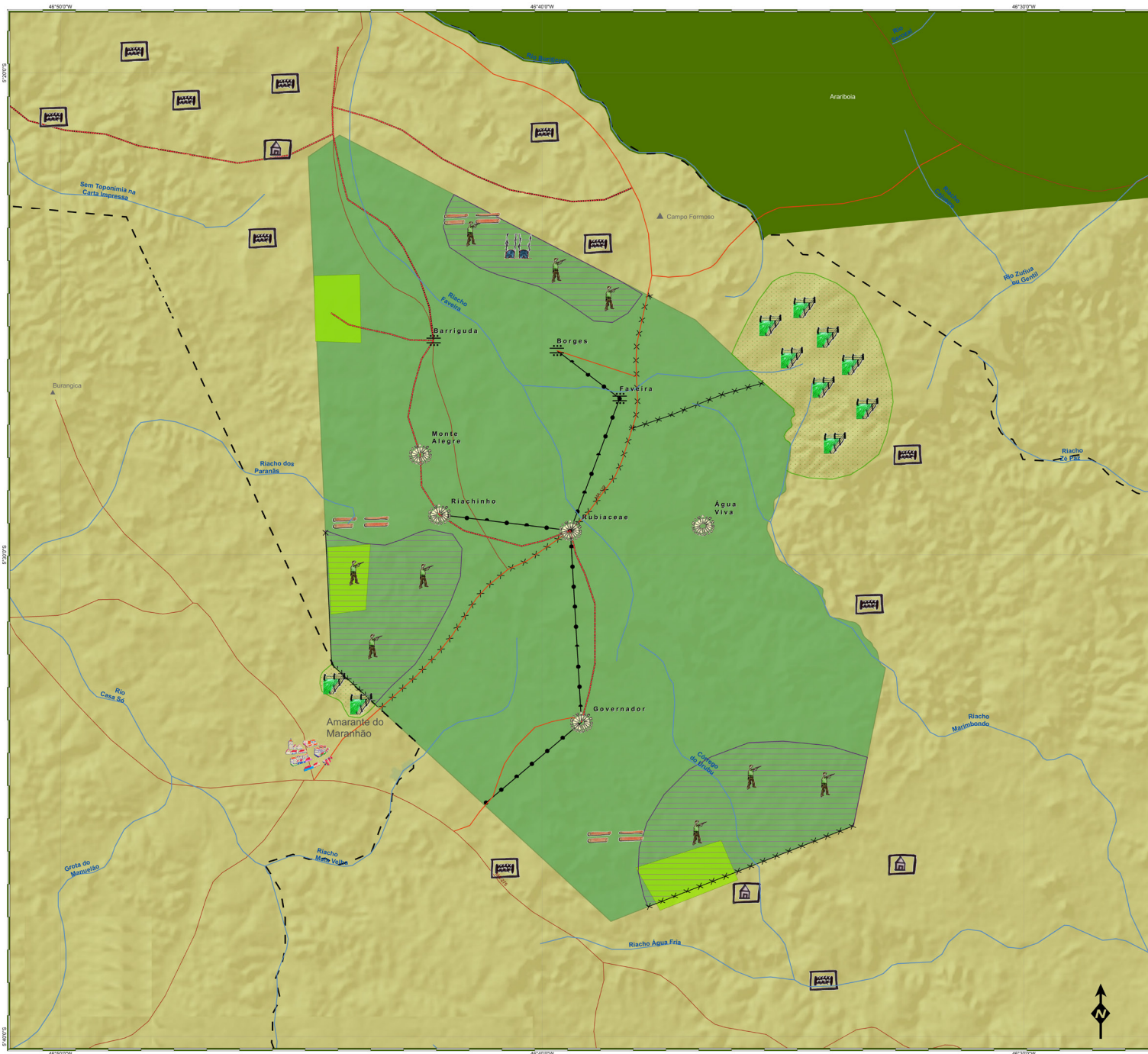
<p>Bases cartográficas</p> <ul style="list-style-type: none"> ▲ Localidades — Hidrografia — Rodovias — Transamazônica ■ Massa D'Água ■ Limite TI Apinayé ■ Estados <p>Cidades</p> <ul style="list-style-type: none"> ○ Cachoeirinha <p>Aldéia Tipos</p> <ul style="list-style-type: none"> ○ Circular ○ Guajajara <p>Ameaças</p> <p>Categorias</p> <ul style="list-style-type: none"> — Estrada — Linha de Transmissão — Vetor de Pressão — Área de entrada de branco — Arrendamento — Assentamento — Carvão — Roças de brancos — Caça e pesca ilegal — Caça legal — Desmatamento — Eucalipto — Fazendas — Gado — Pesca legal — Retirada legal de madeira — Soja — Área degradada 	<p>Ameaças continuação</p> <ul style="list-style-type: none"> — Arrendamento — Usinas Hidrelétricas — Lixão — Carvoaria — Assentamento — Caçador — Cemitério — Eucalipto — Desmatamento — Fazenda — Gado — Incêndios criminosos — Invasão — Linha de Transmissão — Monocultura — Pescador — Retirada ilegal de madeira
--	--

Sistema de Coordenadas Geográficas
 Datum: SAD 69
 Fontes das bases cartográficas:
 - FUNAI
 - IBGE
 - ANA

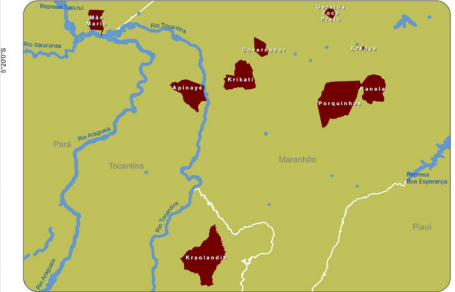


Realização:

Apoiado por:



Localização da Terra Indígena no País Timbira (Me hêh jô'pji)



Mapa de Impactos do Entorno da Terra Indígena Governador

Legenda

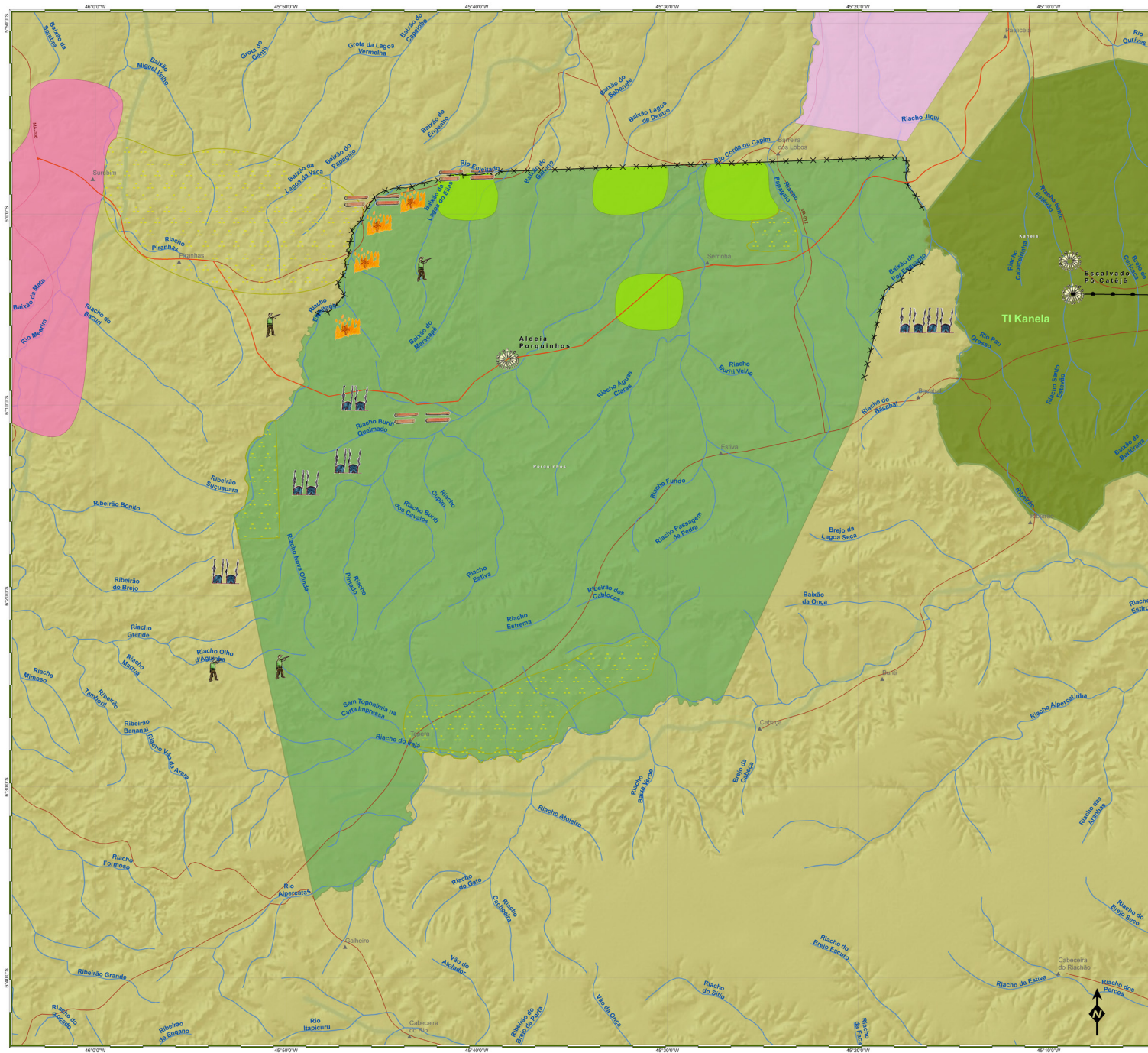
<p>Bases cartográficas</p> <ul style="list-style-type: none"> ▲ Localidades — Hidrografia — Rodovias — Transamazônica ■ Massa D'Água ■ Limite TI Governador ■ Estados — Limite Tradicional <p>Cidades</p> <ul style="list-style-type: none"> ○ Cidades <p>Aldeia Tipos</p> <ul style="list-style-type: none"> ○ Circular ○ Guajajara <p>Ameaças</p> <p>Categorias</p> <ul style="list-style-type: none"> — Estrada — Estrada de terra — Linha de Transmissão — Vetor de Pressão — Área de entrada de branco — Arrendamento — Assentamento — Carvão — Roças de brancos — Caça e pesca ilegal — Caça ilegal — Desmatamento — Eucalipto — Fazendas — Gado — Pesca ilegal — Retirada ilegal de madeira — Soja — Área degradada 	<p>Ameaças continuação</p> <ul style="list-style-type: none"> ○ Arrendamento ○ Usinas Hidrelétricas ○ Lixo ○ Carvoeira ○ Assentamento ○ Caçador ○ Cemitério ○ Eucalipto ○ Desmatamento ○ Fazenda ○ Gado ○ Incêndios criminosos ○ Invasão ○ Linha de Transmissão ○ Monocultura ○ Pescador ○ Retirada ilegal de madeira
---	---

Sistema de Coordenadas Geográficas
 Datum SAD 69
 Fontes das bases cartográficas:
 - FUNAI
 - IBGE
 - ANA

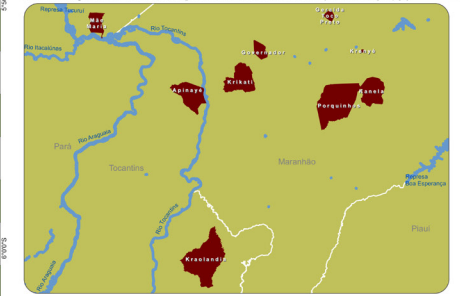
3 0 3 6 9
 Km

Realização:

Apoio:



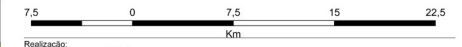
Localização da Terra Indígena no Pais Timbira (Me hêh j'õ'pji)



Mapa de Impactos do Entorno da Terra Indígena Porquinhos



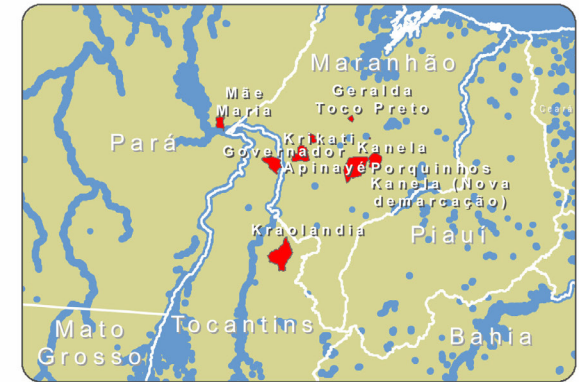
Sistema de Coordenadas Geográficas
 Datum: SAD 69
 Fontes das bases cartográficas:
 - FUNAI
 - IBGE
 - ANA



Realização:

Apelo:

45°0'0"W



Mapa de Impactos do Entorno da Terra Indígena Kanela

Legenda

- Cidades
- ~ Hidrografia
- Limite das Terras Indígenas**
- Porquinhos
- Kanela
- Rodovias
- Estradas
- Estados
- Eucalipto
- Pesca Ilegal
- Caça Ilegal
- Carvoaria
- Assentamentos
- Retirada Ilegal de Madeira
- ××× Entrada Ilegal de Branco

Sistema de Coordenadas Geográficas
 Datum: SAD 69
 Fontes das bases secundárias:
 - FUNAI
 - IBGE
 - ANA



Realização:



Apoio:



S.00'9

S.00'9

45°0'0"W

Plano de Gestão Territorial e Ambiental das Terras Indígenas Timbira

“É um plano para tomar de conta do nosso ambiente e de tudo que ameaça o nosso território. É um plano que diz o movimento dos mehin para resolver os problemas que acontecem dentro, e a parceria para o que vem de fora. É a caçada para olhar os limites e vigiar os cupen, é a roça e aldeia para ocupar. É segurar o fogo, segurar as invasões, é segurar a nossa terra”.

Paulo Thugram Canela

A elaboração participativa do Plano de Gestão Territorial e Ambiental das Terras Indígenas Timbira contém princípios norteadores, objetivos, eixos temáticos e ações estratégicas necessárias para o alcance de qualidade de vida desejada pelas comunidades e manutenção da cultura Timbira. Está dividido em quatro eixos temáticos que atendem as necessidades eleitas para a integridade ambiental e cultural das Terras Indígenas Timbira: controle do território, manejo dos recursos naturais, atividades produtivas e econômicas e educação para gestão socioambiental. Em cada eixo temático foram identificados as principais problemáticas socioambientais enfrentadas por esses povos na atualidade, as soluções propostas para cada uma delas e os caminhos necessários para se chegar à solução. Foi assim que os diálogos e questionamentos sobre o presente e o futuro das populações Timbira se transformaram em um planejamento conjunto, que agora se materializa nesta publicação, o primeiro plano de gestão territorial e ambiental de Terras Indígenas no Cerrado e com propostas de gestão com o entorno.

*“Queremos conhecer bem nossa Terra Indígena. Respeitar a natureza e o meio ambiente, não fazer roças na beira do rio, ter pé de buriti para correr com crow, palhas para cobrir casa, madeira e mata. **Ter um plano para uma vida boa.** Porque no entorno do território é só invasão de pescador e caçador, soja, eucalipto, carvoaria”.*

Miguelito Cawkré Krahô.

O Plano de Gestão Territorial e Ambiental por tratar-se de um instrumento externo de planejamento, se propõe enquanto um facilitador para o diálogo, evitando sobrepor-se às estratégias e práticas tradicionais de manejo dos recursos naturais e gestão territorial desses povos.

“Junto com os mais velhos pensamos e cuidamos do nosso território, fazemos roça com trabalho braçal e não desmatamos muito a mata. Dentro de nosso território tem muito pé de fruta como: bacaba, babaçu, buriti e outros materiais para construção e artesanato. As áreas onde colocamos a roça é uma área controlada, não passamos do limite, cada um tem seu espaço. E no lugar onde nós fizemos nossa aldeia era um ponto onde os caçadores entravam, mas agora a área está ocupada pela aldeia. Nos limites há muitos fazendeiros, mas nunca tivemos conflito. Foi com muita luta e morte que nós conseguimos as nossas terras. E queremos cuidar e ter parcerias com os órgãos competentes para nos ajudar a proteger nossa terra”.

Elias Apinajé

Um plano de gestão territorial e ambiental é, acima de tudo, um instrumento que pode auxiliar o planejamento dos órgãos responsáveis pela implementação das políticas indígenas e ambientais. É ainda um instrumento dos *cupen* que tem potencial para orientar o trabalho das organizações indígenas em busca de sustentabilidade e autonomia, podendo também ser um facilitador nas relações com parceiros de projetos e ações.

Pretende-se com o alcance das ações caminhar rumo à meta de um *pjê inpej*, fundado na autonomia territorial, pela qual, os povos Timbira exerçam o controle sobre as tomadas de decisões que dizem respeito ao uso de seus territórios e dos recursos existentes; e no fortalecimento do “jeito de ser *mëhin*”, agregando às suas práticas e saberes tradicionais alternativas cabíveis nos contextos específicos.

Princípios

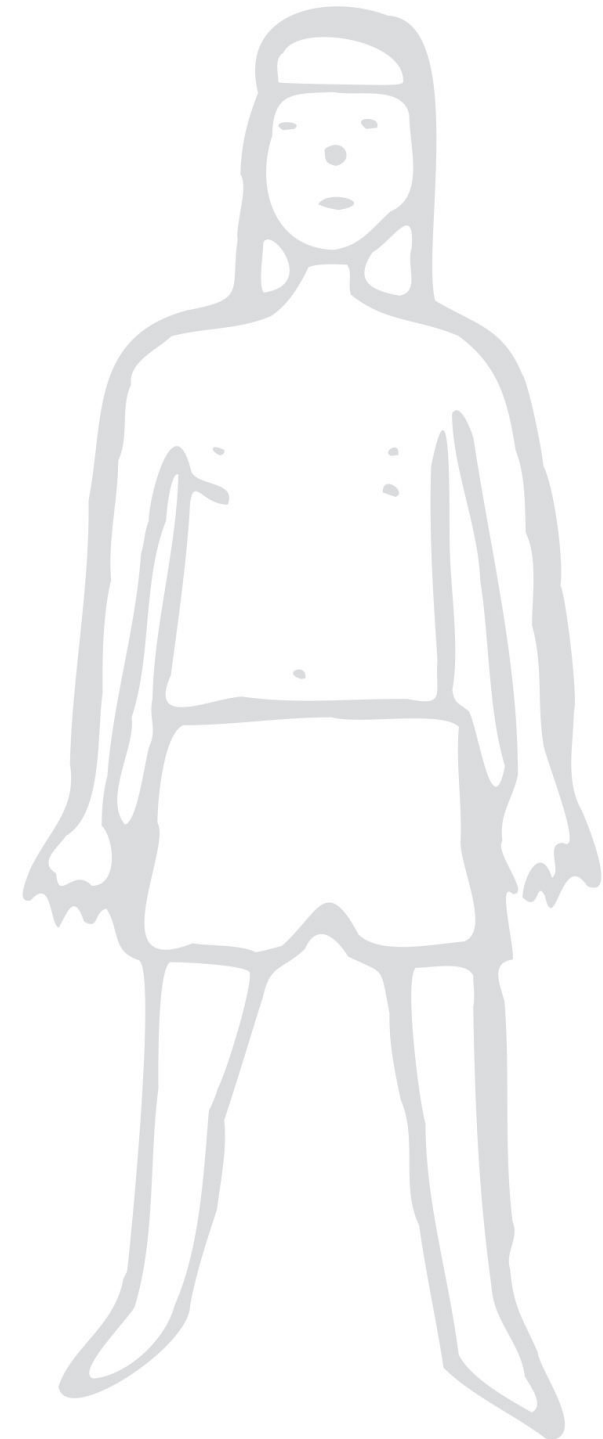
- Construído pelas comunidades
- Respeito aos conhecimentos e costumes do *mehin*
- Liberdade para o *mehin* usar suas riquezas
- Envolvimento e incentivo dos jovens e crianças

Objetivos:

- Fortalecer o jeito de viver do *mehin*
- Futuro saudável para o *pjë* e para os filhos

Eixos Temáticos

- Controle do Território
- Manejo dos recursos Naturais
- Atividades Produtivas e Econômicas
- Educação para a Gestão Socioambiental



Eixo Temático Controle do Território

O Problema:

Pressão nos limites das TIs:

- Monoculturas de eucalipto e soja;
- Projetos de infra-estrutura e desenvolvimento (estradas federais e estaduais, linhas de transmissão, UHE Estreito, ferrovia norte-sul, hidrovía Araguaia - Tocantins);
- Desmatamentos;
- Carvoarias.

As Soluções para o Problema:

Mobilização política para aprovação da faixa de segurança etnoambiental prevista na Política Nacional de Gestão Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI TIs;

Participação, acompanhamento e controle das comunidades indígenas sobre os projetos do governo;

Fortalecimento da Unidade Timbira;

Maior articulação política com demais povos indígenas do Cerrado e da Amazônia;

Capacitação em leis ambientais e indígenas;

Denúncias para o embargo de atividades ilegais (IBAMA, Polícia Federal, Ministério Público);

Elaboração e execução de Plano de Fiscalização;

Criação de corredores ecológicos.

Os Caminhos para alcançar as soluções:

Articulação política das organizações indígenas para discutir e encaminhar documentos e propostas;

Criação de uma Comissão de Gestores Ambientais Timbira para acompanhamento das questões ambientais;

Reuniões, intercâmbios e encontros para discussão de problemas e soluções em comum;

Realização das assembleias, reuniões e intercâmbios entre os Timbira e demais povos indígenas do Cerrado e da Amazônia;

Cursos de formação em legislação ambiental e indígena;

Reuniões comunitárias, das associações locais e da Wyty Catë para relatos, discussões, elaboração e encaminhamentos de documentos de denúncia;

Reuniões entre comunidades e FUNAI para elaboração de plano de fiscalização;

Articulação política com o Instituto Chico Mendes de Biodiversidade e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente.

Eixo Temático Controle do Território

O Problema:

Invasões para retirada ilegal de recursos naturais (caça, pesca, madeira, frutos, aves ornamentais).

As Soluções para o Problema:

Expedições de fiscalização e vigilância nos limites;

Formação e apoio aos agentes ambientais indígenas Timbira;

Sensibilização da população do entorno;

Denúncias à Polícia Federal, IBAMA e FUNAI;

Criação de postos de fiscalização;

Capacitação dos indígenas para as ações de fiscalização;

Criação de aldeias/roças nos limites;

Não autorização dos *mehin* para a entrada ilegal dos *cupen*;

Reaviventar os limites das TIs Timbira colocando placas de identificação, fazendo plantio de árvores frutíferas nos limites e cercando áreas vulneráveis;

Incentivar as caçadas e pescarias coletivas.

Os Caminhos para alcançar as soluções:

Elaborar junto à FUNAI plano de fiscalização e realizar atividades planejadas;

Continuidade do Projeto *Mentwajë* Ambiental e ajuda de custo às ações dos agentes ambientais;

Reuniões entre representantes *mehin* e secretários estaduais e municipais de meio ambiente, para pactuar ações de sensibilização da população do entorno;

Produzir documentos de denúncia a partir das expedições de fiscalização/vigilância;

Articular junto à FUNAI a construção e operacionalização de postos de fiscalização;

Elaborar plano de trabalho junto à FUNAI e IBAMA para formação dos *mehin* em ações de fiscalização;

Reuniões comunitárias e acordo interno para a ocupação das áreas vulneráveis com roças e/ou aldeias;

Reuniões comunitárias e acordo interno para proibição de autorização de entrada de *cupen* para atividades ilegais;

Articular com a FUNAI atividade para reavivitação dos limites;

Realização periódica, a partir do calendário ritual (*amjekin*), de caçadas e pescarias coletivas.

Eixo Temático Controle do Território

O Problema:

Queimadas/incêndios descontrolados e criminosos.

As Soluções para o Problema:

Aceiro nos limites;

Campanhas de conscientização com população do entorno;

Acordo interno para o controle do fogo;

Capacitações em prevenção do fogo: Prevfogo.

Os Caminhos para alcançar as soluções:

Elaborar plano de trabalho, junto à FUNAI, visando o aceiro dos limites das TIs Timbira;

Reuniões entre representantes *mehin* e secretários estaduais e municipais de meio ambiente, para pactuar ações de sensibilização da população do entorno;

Reuniões comunitárias para firmar acordos internos quanto ao uso e controle do fogo, principalmente durante as caçadas;

Articulação política entre as associações indígenas Timbira para demandar ações conjuntas dos órgãos governamentais responsáveis pelo controle do fogo (FUNAI e IBAMA).

Eixo Temático Controle do Território

O Problema:

Questões fundiárias:

- Revisão de limites das TIs Apinayé, Governador e Krahô;
- Conclusão do processo de regularização fundiária (desintrusão das TI Krikati, Porquinhos e, futuramente, Kanela e Governador).

As Soluções para o Problema:

Constituir Grupo Técnico para realização de estudos de revisão de limites;

Mobilização e articulação política dos Krikati e dos Timbira para demandar a conclusão do processo de regularização fundiária com a retirada dos não indígenas habitantes dentro da TI;

Resolução de problemas internos (arrendamento de áreas de roça e pasto para os *cupen*) como estratégia de legitimação da demanda de desintrusão.

Os Caminhos para alcançar as soluções:

Mobilização comunitária e articulação política junto à FUNAI para reivindicar estudos de revisão de limites;

Reuniões entre caciques, lideranças e associações representantes dos Povos Timbira para encaminhar documentos requerendo a conclusão do processo de regularização fundiária;

Reuniões comunitárias para firmar acordo sobre proibição de arrendamento de áreas para os *cupen*.

Eixo Temático Controle do Território

O Problema:

Desmatamento no entorno e nas áreas de revisão dos limites das TIs.

As Soluções para o Problema:

Campanhas de sensibilização com população do entorno das terras indígenas;

Recuperação das áreas desmatadas;

Denúncias aos órgãos competentes (FUNAI, IBAMA, Ministério Público);

Capacitação dos agentes ambientais indígenas em legislação ambiental e fundiária;

Trabalho de sensibilização dos outros parentes (guajajaras) sobre desmatamento para retirada de madeira;

Trabalho de sensibilização com os próprios *mehin* que apóiam as atividades ilegais de desmatamento.

Os Caminhos para alcançar as soluções:

Reuniões entre representantes indígenas e secretários estaduais e municipais de meio ambiente para pactuar ações de sensibilização da população do entorno;

Articulação com secretarias estaduais e municipais de meio ambiente;

Reuniões comunitárias e das associações indígenas para discussão e encaminhamento de denúncias aos órgãos competentes.

Inclusão de conteúdos de legislação ambiental e fundiária no Projeto *Mentwajë* Ambiental;

Articulação política entre os *mehin* e parentes guajajara para realização de encontros/reuniões para pactuar acordos contra o desmatamento;

Reuniões comunitárias para acordo interno de proibição e punição de *mehin* envolvido em atividades ilegais de desmatamento.

Eixo Temático Controle do Território

O Problema:

Estradas cortando as Terras Indígenas (MA 280 – TI Krikati, Transamazônica – TI Apinayé, MA 275 – TI Governador).

As Soluções para o Problema:

Postos de controle (guaritas) para regular horários de entrada de carros e caminhões;

Sensibilização intra e extra comunitária quanto aos impactos socioambientais das estradas;

Participação, acompanhamento e controle dos *mehin* sobre estudos de impacto e processo de licenciamento ambiental.

Os Caminhos para alcançar as soluções:

Mobilização comunitária e articulação política com prefeituras e FUNAI para criação e manutenção dos postos de controle (guaritas);

Reuniões comunitárias com participação de assessores para discutir os impactos socioambientais das estradas e reuniões com prefeituras e governos estaduais para apresentação dos mesmos;

Criação da Comissão de Gestores Ambientais Timbira para acompanhamento dos temas e problemas ambientais, realização de reuniões comunitárias para discussão do acompanhamento e assessoria para as associações locais e Wyty Catë.

Eixo Temático Controle do Território

O Problema:

Poluição e diminuição do volume de água das nascentes fora das Terras Indígenas por conta das monoculturas de soja e eucalipto.

As Soluções para o Problema:

Mobilização comunitária, das associações locais e Wyty Catë para cobrar dos órgãos competentes (Secretarias Estaduais e Municipais de Agricultura/Meio Ambiente);

Realização de pesquisas sobre qualidade da água e impactos gerados pelas monoculturas;

Proteção das nascentes.

Os Caminhos para alcançar as soluções:

Reuniões comunitárias para discutir e encaminhar propostas, denúncias;

Estabelecer parcerias com universidades para a realização de pesquisas;

Articulação política com autoridades e fazendeiros para cumprimento da área de proteção permanentes (APP), e elaboração de projetos com ações no entorno para recuperação das matas nas margens dos rios.



Eixo Temático

Manejo dos Recursos Naturais

O Problema:

Escassez de recursos naturais (caça, pesca, frutas, madeiras).

As Soluções para o Problema:

Criação de animais para soltura;

Construir viveiros e fazer mutirões de plantios de espécies nativas do cerrado;

Respeitar os resguardos;

Intercâmbios entre as aldeias para troca de sementes/mudas e experiências/conhecimentos;

Resgatar técnicas antigas de pesca (arco e flecha) e incentivar novas técnicas que substituam o uso do tingui;

Pesquisar e divulgar o conhecimento dos *mehin* sobre manejo dos recursos naturais;

Discutir e fazer acordo sobre manejo dos recursos naturais;

Incluir a discussão sobre manejo dos recursos naturais no espaço escolar;

Inserir atividades e conhecimentos tradicionais nos currículos e matrizes da escola indígena.

Os Caminhos para alcançar as soluções:

Projetos para repovoamento de espécies com criações de animais para soltura;

Projetos para construção de viveiros e mutirões de plantios de espécies do cerrado;

Reuniões comunitárias de incentivo aos resguardos;

Projeto para a realização de intercâmbios entre as TIs Timbira;

Pesquisa dos jovens (*mentwajê*) com os mais velhos (*mekäre*) sobre técnicas antigas de pesca. Pesquisa sobre técnicas de pesca utilizadas por outros povos indígenas. Realização de pescarias coletivas utilizando as técnicas aprendidas;

Projeto de pesquisa e divulgação do conhecimento dos *mehin* sobre manejo do cerrado;

Reuniões comunitárias para discutir e firmar acordo interno sobre manejo dos recursos naturais;

Articulação da comunidade com os professores indígenas;

Articulação da comissão de professores Timbira na discussão sobre o Território EtnoEducativo Timbira.

Eixo Temático

Manejo dos Recursos Naturais

O Problema:

Desmatamento dentro das TIs Timbira (nascentes, beira de rios, áreas com recursos madeiros e áreas afetadas por projeto governamental - estradas).

As Soluções para o Problema:

Não abrir roças perto das nascentes (zoneamento das áreas de roça);

Recuperar áreas degradadas com plantio de espécies nativas;

Aproveitamento das capoeiras com plantios de frutíferas (para futuro fornecimento à Agroindústria FrutaSã);

Aprimoramento das técnicas de plantio;

Trabalho de sensibilização com os próprios *mehin* que apóiam retirada de madeira;

Incluir discussão das áreas degradadas e atividades de reflorestamento no espaço escolar.

Os Caminhos para alcançar as soluções:

Reuniões comunitárias para discussão e acordo interno das áreas de roça;

Planejamento comunitário e das associações indígenas para a articulação com as agências de extensão rural para o devido acompanhamento técnico;

Planejamento comunitário para manejo e aproveitamento das capoeiras;

Articulação com as agências de extensão rural para o uso de biofertilizantes, implantação de Sistemas Agroflorestais- SAF's e quintais de frutas;

Reuniões comunitárias para acordo interno de proibição e punição de *mehin* envolvido em atividades ilegais de desmatamento;

Articulação com os professores indígenas e Comissão de Professores Timbira para discussão do tema e envolvimento dos alunos nas atividades de reflorestamento e inclusão da questão nas matrizes curriculares das escolas Timbira.

Eixo Temático

Manejo dos Recursos Naturais

O Problema:

Aumento da produção de lixo por conta do consumo de bens externos.

As Soluções para o Problema:

Sensibilização e organização da comunidade;

Incentivar a produção de alimentos nas aldeias para evitar o alto consumo de alimentos externos;

Incentivar o uso dos utensílios dos *mehin*: cofo e cestos, como lixeira e bolsas, ao invés de sacolas plásticas;

Aproveitamento de embalagens;

Coleta do lixo;

Capacitação em técnicas de tratamento do lixo.

Os Caminhos para alcançar as soluções:

Reuniões comunitárias para discussão e acordo interno sobre manejo do lixo nas aldeias;

Projeto de segurança alimentar, incremento das roças com mais variedades de alimentos;

Reuniões comunitárias para discussão e acordo interno sobre o uso dos utensílios dos *mehin*;

Reuniões comunitárias para discussão e orientação do aproveitamento das embalagens;

Reuniões comunitárias para instituir mutirões de coleta do lixo e articulação das associações com prefeitura e/ou FUNASA para transporte do lixo para cidade;

Articulação para a participação de equipe multidisciplinar na discussão sobre o lixo (FUNASA, Agentes Indígenas de Saúde, Agentes Ambientais).

Eixo Temático

Manejo dos Recursos Naturais

O Problema:

Escassez de plantas medicinais e falta de valorização da medicina tradicional.

As Soluções para o Problema:

Plantios das espécies medicinais em falta;

Reconhecimento e valorização da medicina tradicional por parte do órgão de saúde indígena;

Elaboração de material informativo sobre as plantas e curas;

Criação de farmácias vivas;

Criação do Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) Timbira;

Capacitação dos agentes de saúde sobre a medicina tradicional;

Sensibilizar a comunidade para a importância da medicina tradicional;

Valorização e reconhecimento das parteiras, curadores e *wajakás*;

Acompanhamento e controle dos *mehin* sobre pesquisas dos *cupen* em relação às plantas medicinais.

Os Caminhos para alcançar as soluções:

Levantamento das plantas medicinais em falta, planejamento para aquisição de sementes/mudas e mutirões de plantio;

Reuniões entre representantes *cupen* e *mehin* que trabalham com saúde indígena para discussão e propostas da inclusão da medicina tradicional nas ações do órgão de saúde indígena;

Projeto de pesquisa sobre plantas e curas a ser realizada por pesquisadores indígenas e publicação de material informativo;

Projeto para criação e manutenção de farmácias vivas;

Reuniões das associações locais e Wyty Catë para articulação política com órgão de saúde indígena para criação do DSEI Timbira;

Articulação política com o órgão de saúde indígena para inclusão da medicina tradicional na formação dos agentes indígenas de saúde;

Reuniões comunitárias com presença de parceiros e assessores para discussão da importância da medicina tradicional;

Implementação do Projeto *Wajaká*;

Levantamento das pesquisas em curso e articulação com órgãos de pesquisas responsáveis.

Eixo Temático Manejo dos Recursos Naturais

O Problema:

Pouco aproveitamento das madeiras desvitalizadas (madeiras secas/mortas).

As Soluções para o Problema:

Aproveitar madeiras para construção de casas e fabricação de móveis (portas, mesas, bancos, janelas...);

Acordo interno para a forma de uso das madeiras secas/mortas.

Os Caminhos para alcançar as soluções:

Projeto para aquisição de ferramentas de marcenaria e capacitação para sua utilização;

Reuniões comunitárias para discutir e firmar acordo interno.



Eixo Temático

Atividades Produtivas e Econômicas

O Problema:

Falta de apoio para as atividades produtivas.

As Soluções para o Problema:

Projetos com assistência técnica para atividades produtivas (piscicultura, criação de animais, adensamento dos quintais e áreas de ocorrência de espécies nativas de frutas);

Capacitação dos membros das associações para elaboração e gestão de projetos de atividades produtivas;

Maior envolvimento das comunidades nas atividades produtivas.

Os Caminhos para alcançar as soluções:

Reuniões comunitárias para discussão das demandas e elaboração dos projetos pelas associações indígenas;

Demandar e articular com entidades parceiras a realização contínua de cursos de capacitação de elaboração e gestão de projetos;

Incentivo e apoio da comunidade aos projetos das associações.

Eixo Temático

Atividades Produtivas e Econômicas

O Problema:

Participação de indígenas em atividades ilegais de extração e venda de recursos naturais e arrendamento de áreas para roça e pasto.

As Soluções para o Problema:

Acordo interno para proibição e punição;

Criação de alternativas econômicas sustentáveis, como outras formas de geração de renda;

Ações preventivas das atividades ilegais.

Os Caminhos para alcançar as soluções:

Reuniões comunitárias sobre a participação de indígenas em atividades ilegais e acordo interno para proibição e punição;

Reuniões comunitárias e das associações locais com parceiros e assessores sobre atividades alternativas para geração de renda e elaboração de projetos;

Envolvimento e planejamento dos *mehin* nas ações de vigilância.

Eixo Temático

Atividades Produtivas e Econômicas

O Problema:

Falta de apoio para o beneficiamento e comercialização de produtos internos (estrutura, assistência técnica e escoamento).

As Soluções para o Problema:

Capacitação do *mehin* para elaboração de projetos, prestação de contas e comercialização dos produtos;

Construção de estruturas para o beneficiamento de produtos (casa de farinha, casa de artesanato, unidades de beneficiamento de frutas, apiário) e aquisição de transporte para escoamento da produção;

Formação de grupo de *mehin* para produção e comercialização dos produtos;

Trabalho de valorização dos produtos indígenas;

Participação em feiras de agricultura familiar;

Intercâmbios com outros parentes que já trabalham com comercialização;

Realização de estudo de viabilidade econômica/ plano de negócios/ pesquisa de mercado;

Fortalecimento da FrutaSã.

Os Caminhos para alcançar as soluções:

Articulação com parceiros para ações de capacitação das associações locais em elaboração e gestão de projetos e comercialização de produtos internos;

Projetos para atividades de geração de renda com construção de infra-estrutura para suporte das atividades e aquisição de transporte para escoamento da produção;

Reuniões comunitárias e das associações locais para discussão, articulação e assessoria para criação de cooperativas;

Criação de identidade cultural dos produtos e parcerias para sua divulgação;

Articulação com Secretarias de Agricultura e Ministério do Desenvolvimento Agrário para inscrição e participação nas feiras;

Planejamento e articulação com parceiros e órgãos apoiadores para realização dos intercâmbios;

Articulação com instituições especializadas de apoio ao tema (Universidades, SEBRAE);

Ações integradas para o fornecimento de frutas à fábrica.

Eixo Temático

Atividades Produtivas e Econômicas

O Problema:

Poucas roças e pouca produção de alimentos (insegurança alimentar).

As Soluções para o Problema:

Incentivo para a produção de alimentos para a merenda escolar (Conab/PNAE e Pronaf);

Incentivo à produção de alimentos como uma forma de não depender da cidade;

Capacitação dos *mehin* em novas técnicas agrícolas (sistemas de irrigação, manejo) com assistência técnica continuada;

Resgate de sementes crioulas para diversificação da produção de alimentos;

Incentivo à produção de alimentos tradicionais e técnicas de preparo.

Os Caminhos para alcançar as soluções:

Organização e articulação das associações locais e Wyty Catë para acionar as políticas de governo (CONAB/PNAE /PAA e Pronaf);

Reuniões comunitárias para discussão sobre importância e envolvimento com o trabalho da roça;

Planejamento e articulação política para acessar a assistência técnica e extensão rural indígena (Ater Indígena);

Projeto para resgate de sementes crioulas com sertanejos do entorno e demais povos indígenas;

Pesquisa dos *mehin* com os mais velhos (*mekãré*) para levantamento dos alimentos tradicionais e técnicas de preparo e trabalho comunitário para valorização dos mesmos.

Eixo Temático

Educação para a Gestão Socioambiental

O Problema:

Não reconhecimento dos agentes ambientais indígenas.

As Soluções para o Problema:

Mobilização política para o reconhecimento da categoria;

Criação de grupo de agentes ambientais para realização de trabalhos e ações (Comissão de Agentes Ambientais Indígenas Timbira);

Divulgação do material produzido pelos agentes ambientais nas aldeias, escolas, órgãos governamentais e parceiros.

Os Caminhos para alcançar as soluções:

Articulação política das organizações indígenas locais, da Wyty Catë, parceiros e Agentes Ambientais Timbira com Secretarias Estaduais de Educação para o reconhecimento dos agentes;

Reunião entre Agentes Ambientais, associações locais, Wyty Catë e parceiros para discussão sobre comissão e elaboração de planos de trabalho;

Articular com CTI e Wyty Catë a divulgação do material produzido pelos agentes ambientais.

Eixo Temático

Educação para a Gestão Socioambiental

O Problema:

Falta de comunicação entre os agentes e aldeias com cidades e parceiros.

As Soluções para o Problema:

Instalação de Internet nas aldeias;

Encontros e reuniões mais frequentes;

Capacitação dos **AAI's** para a utilização dos equipamentos de comunicação;

Manutenção dos equipamentos de comunicação (telefone, internet, rádios...);

Maior diálogo e interação dos agentes ambientais na comunidade e nas escolas.

Os Caminhos para alcançar as soluções:

Articulação com secretarias de educação e prefeituras para instalação de internet nas aldeias;

Articulação com Wyty Catë e parceiros para a realização de encontros temáticos;

Inclusão do uso de tecnologias de comunicação nos cursos de formação dos agentes ambientais;

Articulação com prefeituras e financiadores para a manutenção dos equipamentos de comunicação;

Participação dos agentes ambientais nas reuniões comunitárias e nas associações e articulação com professores para participação e realização de aulas temáticas.

Eixo Temático

Educação para a Gestão Socioambiental

O Problema:

Falta de conhecimento das suas respectivas Terras Indígenas (e de outras) por parte dos agentes ambientais.

As Soluções para o Problema:

Promover intercâmbios entre as TIs;

Atualizar mapeamentos das TIs;

Valorização do conhecimento dos *mekãré* sobre o *pjë*;

Participação nas ações de fiscalização.

Os Caminhos para alcançar as soluções:

Articular com parceiros a realização de intercâmbios dos agentes ambientais entre as TIs Timbira;

Projetos para a realização de expedições de mapeamentos participativos nas TIs Timbira;

Documentar e registrar os conhecimentos dos velhos sobre *pjë*, participar e acompanhar as caçadas e pescarias coletivas;

Articular com a FUNAI participação nas expedições de fiscalização.

Eixo Temático

Educação para a Gestão Socioambiental

O Problema:

Falta de estrutura do Centro de Ensino e Pesquisa Timbira *Pënxwyj Hempejxà*.

As Soluções para o Problema:

Atividades extra curriculares nos cursos dos *mentwajê* para manutenção do espaço;

Aquisição de transporte e meio de comunicação;

Construção de um acervo de informações ambientais (mapoteca), melhoria no armazenamento do acervo cultural e escolar, melhoria do laboratório de informática e alojamentos.

Os Caminhos para alcançar as soluções:

Inclusão de atividades de manutenção na programação dos cursos de formação;

Articulação com prefeitura para instalação de orelhão e projeto para aquisição de transporte;

Projeto para construção de novas instalações para os acervos (ambiental, cultural e escolar), laboratório de informática e alojamentos.

Lista de siglas

APP – Área de Preservação Permanente, são áreas como nascentes, encostas, matas ciliares, lagoas e lagos, topos de morros e serras, com função ambiental de preservação, conforme o Código Florestal Brasileiro.

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento

PNGATI – Política Nacional de Gestão Ambiental das Terras Indígenas

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos do Ministério do Desenvolvimento Agrário

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar do Ministério do Desenvolvimento Agrário

PRONAF – Programa Nacional de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário

SAF – Sistema Agroflorestal.

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas



Glossário

Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas, PNGATI: prevê a criação de faixa de segurança etnoambiental, uma faixa no entorno das terras indígenas, estabelecida conjuntamente pelo órgão indigenista federal, outros órgãos competentes e povos e comunidades indígenas, com o objetivo de garantir a proteção e o equilíbrio ecológico dessas terras, principalmente por meio de ações de fiscalização, monitoramento e educação ambiental. (FUNAI, Documento Base:consultas PNGATI, 2009).

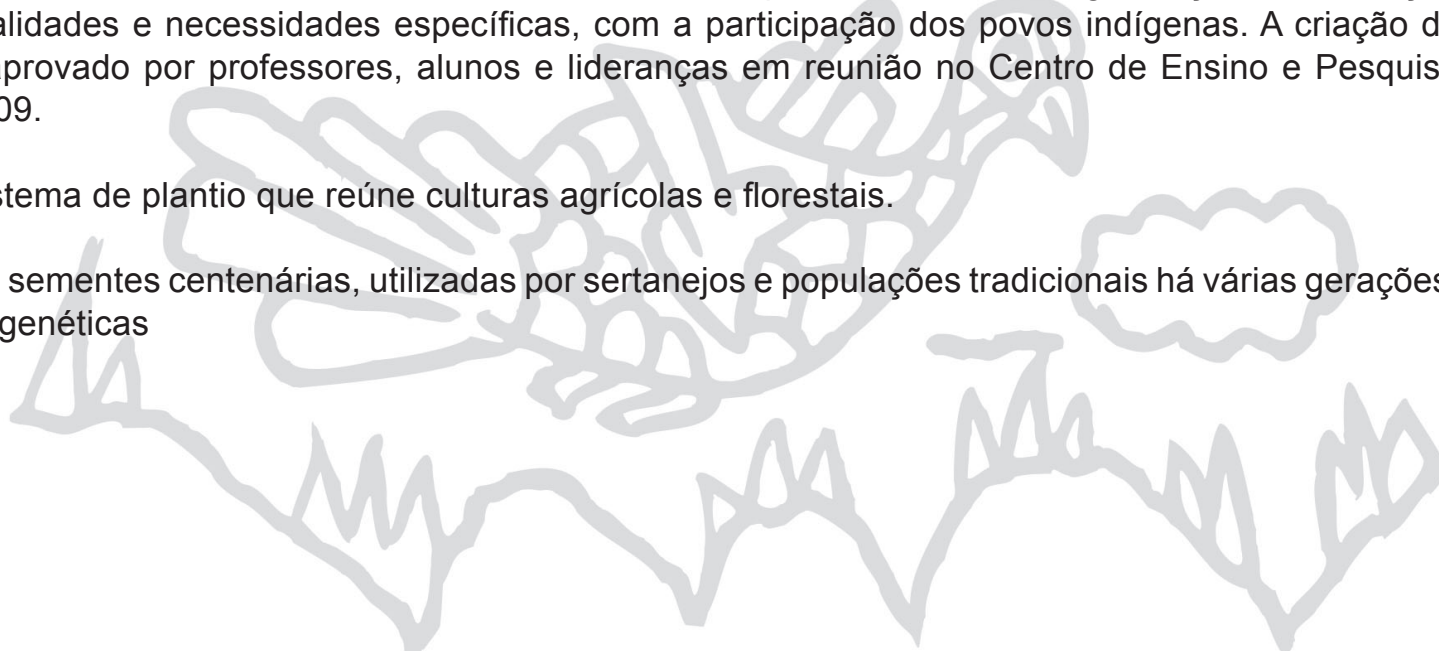
Corredores ecológicos: conjunto de ecossistemas interligados, de forma contínua ou não, entre diferentes áreas protegidas, de modo a possibilitar o movimento de fauna e a troca de informações genéticas entre espécies.

PrevFogo: Sistema Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais, de competência do IBAMA, coordenando ações e realizando atividades de educação, pesquisa, prevenção, controle e combate aos incêndios florestais e queimadas.

Território Etnoeducacional Timbira: o Decreto Nº 6.861, de 27 de maio de 2009, dispõe sobre a nova organização da educação escolar indígena, a partir das territorialidades e necessidades específicas, com a participação dos povos indígenas. A criação do Território Etnoeducacional Timbira foi aprovada por professores, alunos e lideranças em reunião no Centro de Ensino e Pesquisa Penxwyj Hempejxà, em outubro de 2009.

Sistemas Agroflorestais – SAF`s: sistema de plantio que reúne culturas agrícolas e florestais.

Sementes Crioulas: são as chamadas sementes centenárias, utilizadas por sertanejos e populações tradicionais há várias gerações, são sementes “puras” sem alterações genéticas



Glossário de Termos Timbira

Amjekin – Expressão utilizada para designar festa ritual, mas literalmente significa “alegrar-se”.

Cupen – branco não-indígena.

Crow – buriti

Inpej – o que é relativo a algo bom.

Mehin – autodenominação dos povos Timbira.

Mentwajê – jovens Timbira.

Mëkaré – velhos, conselheiros.

Pahi – cacique, chefe de aldeia.

Pjê – território, meio ambiente.

Poré – recursos; atualmente se refere a dinheiro.

Pënxwyj – amiga formal (comadre).

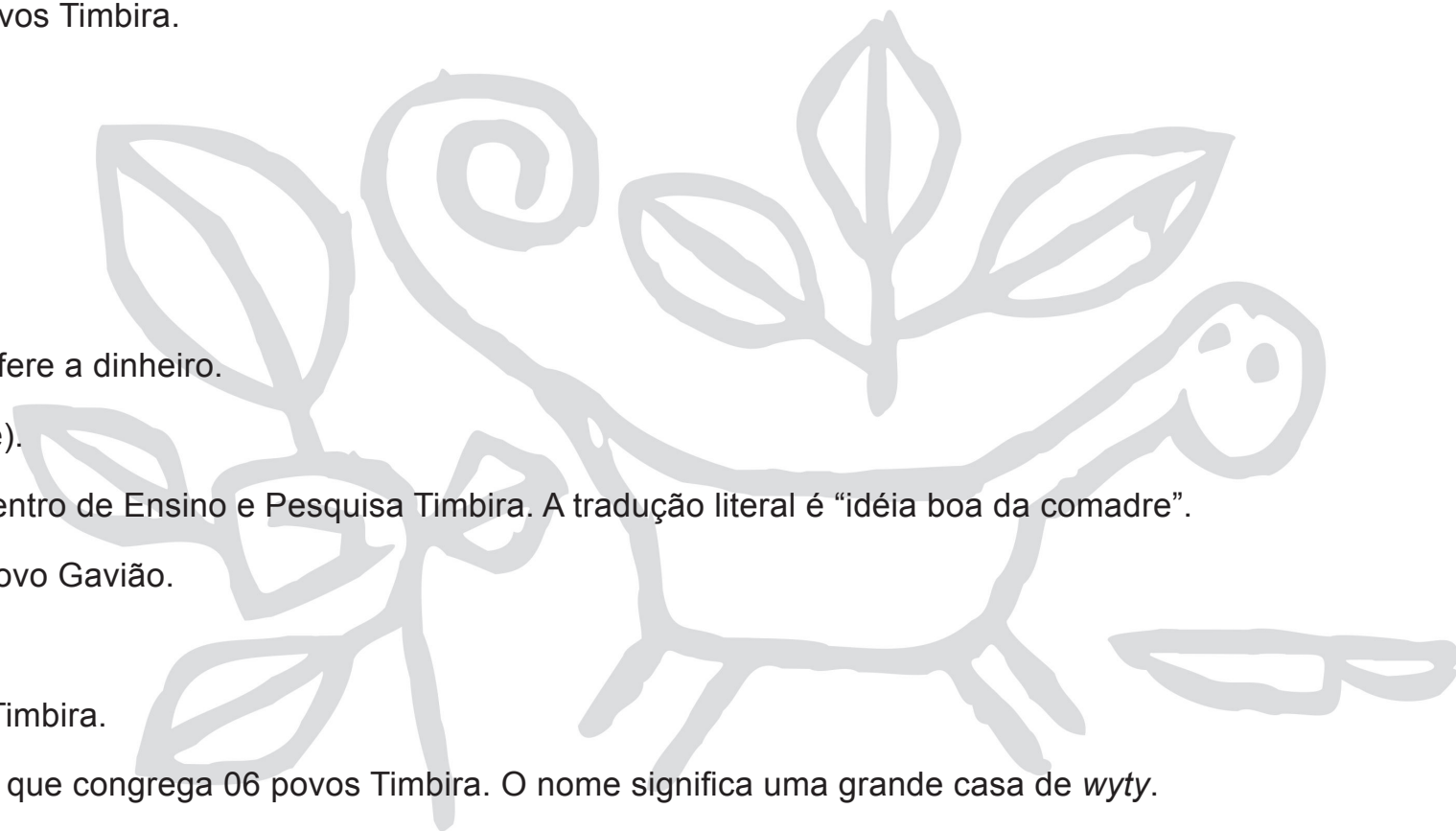
Pënxwyj Hëmpejxà – nome do Centro de Ensino e Pesquisa Timbira. A tradução literal é “idéia boa da comadre”.

Pykobjë – autodenominação do povo Gavião.

Wajakás - pajés.

Wyty – entidade ritual dos povos Timbira.

Wyty-Catë – Associação Indígena que congrega 06 povos Timbira. O nome significa uma grande casa de wyty.





O Programa Timbira do Centro de Trabalho Indigenista desenvolve um conjunto de ações voltadas para a integridade das Terras Timbira e a manutenção da sua cultura viva. Realiza projetos nas áreas de educação escolar indígena, valorização cultural, meio ambiente e desenvolvimento sustentável, regularização fundiária. Também atua no acompanhamento de grandes obras no entorno das Terras Indígenas e de políticas públicas ambientais e indigenistas.

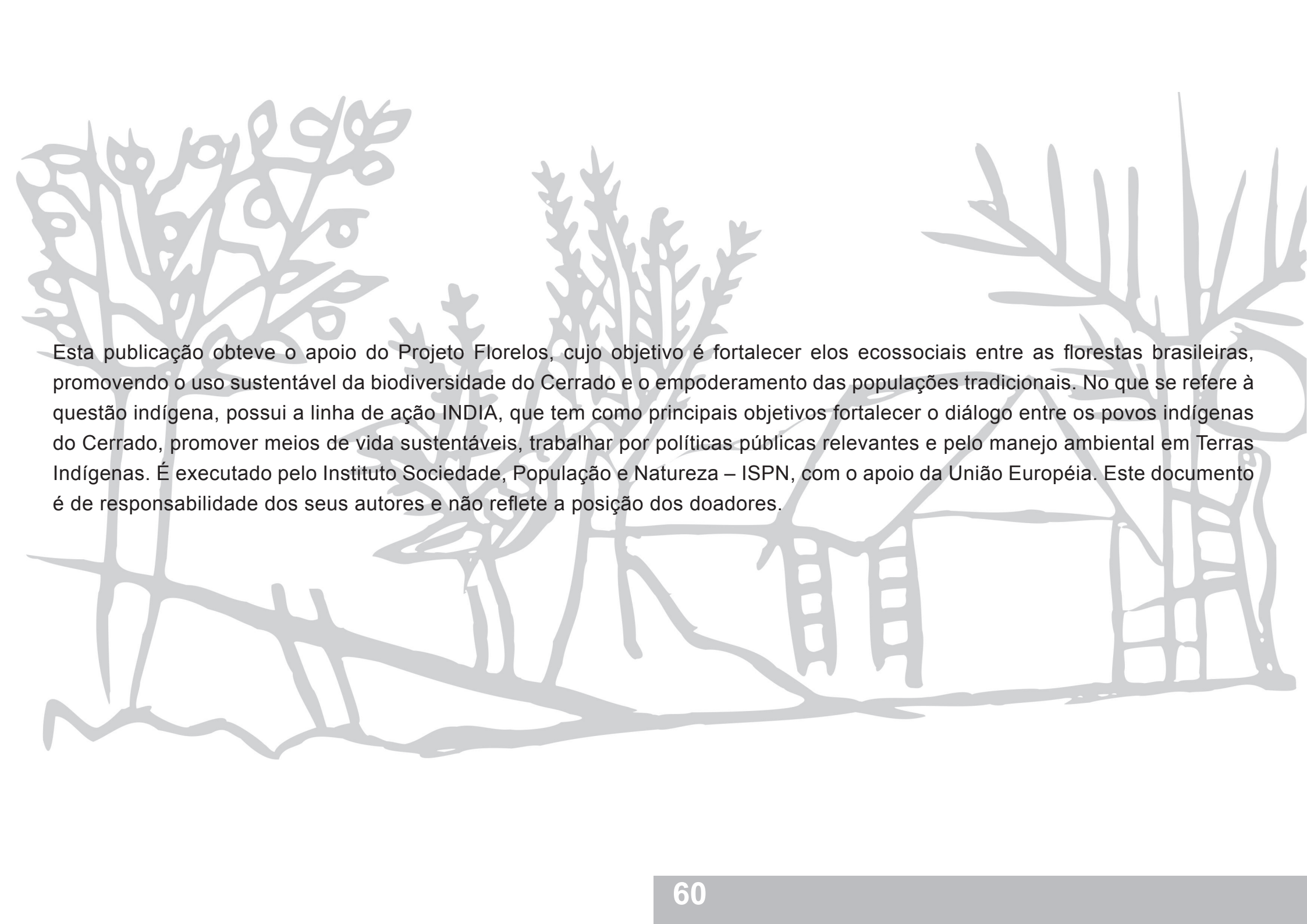
As linhas de ação deste programa têm como premissa de trabalho o fortalecimento da articulação política desses povos em torno de uma unidade pan-Timbira, fundada a partir das relações sociais e culturais que configuram o chamado País Timbira. O conjunto destas ações desenvolvidas ao longo dos últimos 20 anos contribuíram de diferentes maneiras para a materialização do Plano de Gestão Territorial e Ambiental dos Povos Timbira. O Programa Timbira possui duas linhas principais de atuação:

O Projeto Frutos do Cerrado (PFC) tem como objetivo construir outro modelo de desenvolvimento regional por meio da manutenção do Cerrado em pé e dos meios de vidas sustentáveis de suas populações. O projeto apóia e assessora organizações indígenas e de pequenos produtores não-índios, fomentando discussões sobre o impacto de grandes projetos na região. Realiza diagnósticos ambientais e acompanha a elaboração e execução de projetos socioambientais. Em sua vertente econômica, possui a Agroindústria FrutaSã, uma empresa com finalidade social, localizada na cidade de Carolina (MA), que beneficia polpas de frutas nativas do Cerrado para comercialização no estado do Maranhão. Contribui dessa forma para a geração de trabalho e renda dos coletores de frutas, índios e não-índios do entorno das Terras Indígenas, promovendo a melhoria da qualidade de vida para as populações tradicionais e indígenas diretamente envolvidas com o extrativismo e o beneficiamento de frutos do Cerrado. Por meio de novas parcerias e projetos, busca atualmente melhorar a qualidade de sua produção, fortalecer sua rede de produtores e ampliar seu raio de atuação para outros mercados. A FrutaSã promove ainda parcerias com outros empreendimentos econômicos de caráter similar nos estados do Tocantins e do Pará a favor de um desenvolvimento regional economicamente sustentável e socialmente justo.



O Projeto de Educação e Referência Cultural Timbira se constitui como o mais antigo trabalho junto a esses povos. As ações de educação escolar indígena tiveram início em meados da década de 1980. Já foram desenvolvidas atividades que vão desde a educação escolar formal de jovens indígenas, formação e mobilização política de professores indígenas, produção de materiais didáticos específicos, à formação de jovens e lideranças em gestão do patrimônio cultural e gestão ambiental e territorial. Este último foco de atuação nasce de uma demanda dos conselheiros da Associação *Wyty-Catë* para a formação de jovens na temática ambiental, o Projeto *Mentwajê* Ambiental. Os principais atores responsáveis pelo processo de sistematização do **Plano de Gestão Territorial e Ambiental** foram os *Mentwajê* Ambiental ou Agentes Ambientais Timbira. Além dessas ações, o projeto mantém um acervo bibliográfico e musical desses povos no Centro de Ensino e Pesquisa Timbira *Pënxwyj Hëmpejxà*, um local de encontro dos Timbira, localizado a 17 km do município de Carolina. Um espaço que segue o padrão de construção das aldeias Timbira, com as edificações dispostas em círculo, com um pátio central interligado por caminhos. O Centro de Ensino e Pesquisa Timbira *Pënxwyj Hëmpejxà* foi construído pelo CTI em parceria com a Comissão de Professores Timbira - parte integrante da Associação *Wyty-Catë* - no ano de 1998, com o apoio da Fundação Rainforest da Noruega, e da Embaixada do Canadá. O Acervo Cultural Timbira já abriga mais de 10.000 documentos (iconográficos e textuais) e recebe concessões documentais de pesquisadores particulares e instituições de pesquisa e salvaguarda. Por meio de convênio entre o Centro de Trabalho Indigenista e o Ministério da Cultura, dentro do Programa Cultura Viva, constituiu-se também como um Ponto de Cultura, reunindo e promovendo a cultura Timbira entre as comunidades indígenas e não-indígenas e se consolidando como um centro histórico e cultural de referência para os Timbira e pesquisadores em geral.





Esta publicação obteve o apoio do Projeto Florelas, cujo objetivo é fortalecer elos ecossociais entre as florestas brasileiras, promovendo o uso sustentável da biodiversidade do Cerrado e o empoderamento das populações tradicionais. No que se refere à questão indígena, possui a linha de ação INDIA, que tem como principais objetivos fortalecer o diálogo entre os povos indígenas do Cerrado, promover meios de vida sustentáveis, trabalhar por políticas públicas relevantes e pelo manejo ambiental em Terras Indígenas. É executado pelo Instituto Sociedade, População e Natureza – ISPN, com o apoio da União Européia. Este documento é de responsabilidade dos seus autores e não reflete a posição dos doadores.



ANOS

A PNGATI e o PGTA Timbira: 10 anos de caminhada e o olhar para o futuro

O PGTA Timbira foi o resultado de um longo processo que envolveu uma série de ações, como mapeamentos, conversas, pesquisas, oficinas e trocas de saberes. E a PNGATI, essa política que também está perto de completar sua primeira década, também foi construída de forma participativa, por meio de uma série de consultas regionais com indígenas de todo o Brasil.

A Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI) foi estabelecida pelo Decreto nº 7.747, de 5 de julho de 2012, fruto de um longo processo que teve início oficialmente em 2008, quando foi instituído um Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) composto por técnicos do Ministério da Justiça e do Ministério do Meio Ambiente, representantes dos povos indígenas de todas as regiões do Brasil (por meio das suas organizações) e representantes de organizações da sociedade civil.

Foi em 2012, também, que foi publicado o PGTA Timbira, finalizado em 2011 em uma grande reunião de pactuação com caciques e lideranças das comunidades Timbira das TIs Kraolândia, Apinayé, Krikati, Gavião Pykobjê (Pyhcop Catiji),

Apanjekrá-Canelae Memortumré-Canela. Enquanto localmente discutíamos e fechávamos esse instrumento de gestão para os povos Timbira, em âmbito nacional se desenrolavam as tratativas a respeito dessa política igualmente importante para a proteção e valorização dos seus territórios.

O processo de consulta da PNGATI reuniu 1.250 representantes indígenas de 186 povos de todas as regiões do país. Assim, na vanguarda das políticas para povos indígenas, a Política foi construída com ampla participação social, tendo por objetivo principal:

“[...] Garantir e promover a proteção, a recuperação, a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais das terras e territórios indígenas, assegurando a integridade do patrimônio indígena, a melhoria da qualidade de vida e as condições plenas de reprodução física e cultural das atuais e futuras gerações dos povos indígenas, respeitando sua autonomia sociocultural, nos termos da legislação vigente.” (Cap. 01. art. 1º)

A PNGATI está organizada em sete eixos: 1) proteção territorial e dos recursos naturais; 2) governança e participação indígena; 3) áreas protegidas, unidades de conservação e terras indígenas; 4) prevenção e recuperação de danos ambientais; 5) uso sustentável de recursos naturais e iniciativas produtivas indígenas; 6) propriedade intelectual e patrimônio genético, e 7) capacitação, formação, intercâmbio e educação. Tais eixos estão agrupados em objetivos específicos, de acordo com os temas de interesse para a gestão ambiental e territorial das terras indígenas. Os objetivos específicos são as metas detalhadas que devem ser seguidas para se alcançar o objetivo geral da política.

De acordo com o art. 2 da PNGATI, as ferramentas para a gestão territorial e ambiental de terras indígenas são o etnomapeamento e o etnozzoneamento.

Estas ferramentas têm fornecido bases de diálogo para a elaboração dos Planos de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PGTAs), como foi o caso do PGTA Timbira. Apesar da PNGATI não prever em seu decreto de constituição a elaboração de PGTAs, estes tem sido os instrumentos de consolidação dos trabalhos de etnomapeamento e etnozzoneamento realizados nas terras indígenas.

Assim, os PGTAs foram incorporados como importantes instrumentos de implementação da PNGATI e visam a valorização do patrimônio material e imaterial indígena, recuperação, conservação e uso sustentável dos recursos naturais, e o diálogo político com as instâncias governamentais e parceiros não governamentais que têm atribuições legais ou interfaces de trabalho na proteção e desenvolvimento sustentável das terras indígenas. Desta forma, asseguram condições para a melhoria da qualidade de vida e as condições plenas de reprodução física e cultural dos povos indígenas.

É nesse sentido que entendemos o PGTA Timbira como exercício de controle e proteção territorial e a otimização de uso e proteção dos recursos naturais existentes nos territórios indígenas. É por isso que embora venham de caminhos distintos, a experiência do PGTA Timbira, como outras iniciativas da sociedade civil que antecederam a PNGATI, foram importantes no próprio nascimento dessa política.

E nos últimos anos foi buscando implementar e fortalecer a PNGATI que conseguimos colocar em prática as ações previstas no PGTA Timbira e, também, iniciar os processos de atualização dos mapeamentos participativos nos territórios indígenas – entendendo o PGTA como um processo contínuo

de discussões, estudos, monitoramentos e pactuações sobre os territórios. Embora tenhamos em curso várias iniciativas da sociedade civil para a implementação da PNGATI, temos percebido uma drástica diminuição do apoio por parte do Estado brasileiro. Há iniciativas com os governos estaduais, o que possibilita algum diálogo com as diretrizes da Política.

A gestão dos territórios é, nesse sentido, um desafio ainda maior para os indígenas: ao passo que têm que lidar com a falta de incentivo das políticas públicas, possuem a ameaça crescente do desmatamento e das invasões em seus territórios, agravados ainda mais no período de pandemia no Brasil.

Mas os povos Timbira continuam firmes no desenvolvimento de suas ações tradicionais de gestão territorial e ambiental, mesmo sem apoio das políticas públicas, buscando formas de manter a proteção e conservação dos seus territórios. Tarefa difícil, em tempos de intensificação de ataques aos direitos indígenas, desconstrução de estruturas de fiscalização e proteção das terras indígenas e outras áreas de preservação ambiental e disseminação de propostas de abertura das terras indígenas para o agronegócio, totalmente na contramão das propostas que fazem parte do conteúdo da PNGATI.

Portanto, nesse cenário político totalmente adverso, resta ao Timbira investirem em suas estratégias tradicionais de gestão do território – a abertura de roças e dispersão das aldeias em pontos vulneráveis para exercer o controle territorial, as caçadas, pescarias e coletas também como atividades de vigilância e monitoramento territorial, os encontros interaldeias proporcionados por reuniões e realização de rituais, fortalecendo a organização social e política dos povos - e se articularem cada vez mais junto às redes dos movimentos indígenas regionais e nacional, para enfrentamento dessa crise política, intensificada em grande medida também pela crise pandêmica. Tudo isso é gestão ambiental e territorial, tudo isso é PGTA Timbira.

Considerando todo esse contexto é que temos a alegria de anunciar, nesta publicação comemorativa dos 10 anos do PGTA Timbira, que por meio dos processos participativos e de fortalecimento da gestão dos territórios indígenas, estamos investindo na atualização dos instrumentos de gestão e, posteriormente na realização de novos encontros de pactuação entre as comunidades Timbira, a partir da parceria entre a Wyty Cate e o CTI. Além disso, o PGTA Timbira atualizado contemplará, também, as TIs Geralda Toco Preto

(Krepymcatejê) e Krenyê, fortalecendo a aliança dos povos Timbira pela proteção dos territórios.

Nos despedimos agradecendo todo o esforço dos *mehin* para promover o seu bem viver nessa caminhada do PGTA Timbira. Dedicamos essa edição festiva às lideranças, velhas e velhos, professoras e professores que foram fundamentais nesse percurso, dando o rumo do trabalho. Reverenciamos, também, as diferentes gerações de agentes ambientais que realizaram essas ações em seus territórios com tanta dedicação. E nos juntamos a esta luta, no processo contínuo de defesa dos direitos indígenas e da integridade dos seus territórios.

Viva os povos Timbira!
Wyty Cate e CTI

Ficha Técnica

Realização: Associação *Wyty-Catë* dos Povos Timbira do Maranhão e Tocantins e Centro de Trabalho Indigenista

Coordenação do Programa Timbira: Maria Elisa Ladeira

Assessoria e Organização: Andréia Almeida Bavaresco e Priscila Pessoa Chianca

Pesquisadores Timbira: Wesley Guará Gavião, Severino Bandeira Gavião, Manoel Bandeira Gavião, Guimo Krahô, Simão Cajcar Krahô, Eduardo Crut Krahô, Cloves Intep Krahô, Sidnei Pôhypj Krahô, Juarez Crawkré Krahô, Miguelito de Souza Krahô, Itamar Kacryhy Krahô, Marcio Tepkryt Apinajé, Oscar de Sousa Fernandes Apinayé, Moacir Tepkrut Apinayé, Elias Salvador Apinayé, Juruna Kenykum Canela, Aderiyan Kograplo Canela, Paulo Thugran Canela, Olímpio Tutë Canela, Estevão Krikati, Wanderley Krikati, Jaylton Hy`croh Bandeira.

Ilustrações: Paulo Tehnaky Krahô, Gregório Huhtë Krahô, Boaventura Gavião Xua Xua, Maria-Han'cri Gavião, Letícia Jokàhkwy Krahô, Anelivaldo Pihôc Apãnjekrá, Ronaldo Cakrãnhy Krahô

Revisão: Jonas Pyn Heh Gavião, Maria Elisa Ladeira e Júlia Trujillo.

Fotos: Acervo CTI, João Paulo Moritta e Peter Caton.

Mapas: Pablo de Lima Galeão e Alexandre Moreno Ferreira

Projeto Gráfico: Ricardo Cayres

Realização



Apoio



CRITICAL ECOSYSTEM
PARTNERSHIP FUND

